

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2022



STJ

Secretaria de
Auditoria Interna



**RELATÓRIO
DE ATIVIDADES**

2022

© SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

DISPONÍVEL EM

<https://transparencia.stj.jus.br/auditoria-interna/relatorios-de-atividades/>

CONTATO

auditoria@stj.jus.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B823r

Brasil. Superior Tribunal de Justiça.

Relatório de atividades 2022 [recurso eletrônico] / Superior Tribunal de Justiça, Secretaria de Auditoria Interna. — Brasília : Superior Tribunal de Justiça — STJ, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF 71 páginas).

Disponível em: transparencia.stj.jus.br/relatorios-de-gestao/

1. Planejamento estratégico, relatório, Brasil. **2.** Planejamento estratégico, gestão, Brasil. **3.** Planejamento estratégico, administração, Brasil. **I.** Título.

CDU 65.012.2:347.992(81)(047)

Expediente

Secretaria de Auditoria Interna

Ivo Mützenberg - Titular

ELABORAÇÃO

Gabinete da Secretaria de Auditoria Interna

Agma Cristina Santos Saraiva Castello

Emilia de Abreu Araújo Rodrigues

Jéssica Fernandes de Oliveira

COLABORAÇÃO

Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações

Diocesio Sant'Anna da Silva

Coordenadoria de Auditoria de Pessoal

Marinna Gomes Almeida Bezerra

Rejane Ribeiro Mangabeira

Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão

Ana Paula Santana da Silva

Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação

Wadson Sampaio Pereira

APOIO ADMINISTRATIVO

Alana Paz de Lima Nobre

Giselle Lino de Carvalho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Secretaria de Comunicação Social

Coordenadoria de Multimeios

Composição do STJ

Ministra **Maria Thereza Rocha de Assis Moura** ■¹

Ministro Geraldo **Og Nicéas Marques Fernandes** ■² ■³

Ministro **Francisco Cândido de Melo Falcão Neto**

Ministra Fátima **Nancy Andrichi**

Ministra **Laurita Hilário Vaz**

Ministro **João Otávio de Noronha**

Ministro **Humberto Eustáquio Soares Martins**

Ministro Antonio **Herman de Vasconcellos e Benjamin**

Ministro **Luis Felipe Salomão** ■⁴

Ministro **Mauro Luiz Campbell Marques** ■⁶

Ministro **Benedito Gonçalves**

Ministro **Raul Araújo Filho** ■⁵

Ministro **Paulo de Tarso Vieira Sanseverino**

Ministra Maria **Isabel Diniz Gallotti Rodrigues**

Ministro **Antonio Carlos Ferreira**

Ministro Ricardo **Villas Bóas Cueva**

Ministro **Sebastião Alves dos Reis Júnior**

Ministro **Marco Aurélio Gastaldi Buzzi**

Ministro **Marco Aurélio Bellizze Oliveira**

Ministra **Assuete Dumont Reis Magalhães**

Ministro **Sérgio Luíz Kukina**

Ministro Paulo Dias de **Moura Ribeiro** ■⁷

Ministra **Regina Helena Costa** ■⁸

Ministro **Rogério Schietti Machado Cruz**

Ministro Luiz Alberto **Gurgel de Faria**

Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**

Ministro Marcelo Navarro **Ribeiro Dantas**

Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**

Ministro **Joel Ilan Paciornik**

Ministro **Paulo Sérgio Domingues**

Ministro **Messod Azulay Neto**

Desembargador **Jesuíno Aparecido Rissato**

Diretor-Geral **Sergio José Americo Pedreira** ■⁹

Secretário Geral **Carl Olav Smith** ■¹⁰

Secretário Executivo **Alexandre Domingos de Affonso Fabre** ■¹¹

CARGOS

■¹ Presidente

■² Vice-Presidente

■³ Corregedor-Geral da Justiça Federal

■⁴ Corregedor Nacional de Justiça

■⁵ Diretor da Revista de Jurisprudência

■⁶ Diretor-Geral da ENFAM*

■⁷ Ministro Ouvidor

■⁸ Ministra Ouvidora Substituta

■⁹ Diretor-Geral

■¹⁰ Secretário-Geral da Presidência

■¹¹ Secretário-Executivo da Presidência

Lista de Siglas

ACIN	Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão
AGE	Assessoria de Gestão Estratégica
AGS	Assessoria de Gestão Socioambiental
AI	Auditoria Interna
AJU	Assessoria Jurídica
AUD	Secretaria de Auditoria Interna
AQ	Adicional de Qualificação
ASES	Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios
CAUC	Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações
CAUG	Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão
CAUP	Coordenadoria de Auditoria de Pessoal
CAUT	Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação
CEFOR	Centro de Formação e Gestão Judiciária
CJ	Cargo em Comissão
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DICON	Conselho de Dirigentes de órgãos de Controle Interno da União
ENFAM	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
FC	Função Comissionada
GDG	Gabinete do Diretor Geral
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GP	Gabinete da Presidência
IA-CM	Internal Audit Capability Model
IGAC	Índice Geral de Avaliação Contínua
IIA	Institute of Internal Auditors
IN	Instrução Normativa
PACaud	Política de Capacitação da Secretaria de Auditoria Interna
PCAq	Plano Anual de Contratações e Aquisições
PAQMAI	Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna
PIVAUD	Programa de Incentivo e Valorização dos Servidores da AUD
RAE	Reunião de Análise Estratégica
RAQ	Relatório de Avaliação da Qualidade
RAT	Reunião de Análise Tática
RDS	Relatório de Desempenho Setorial
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RGF	Relatório de Gestão Fiscal

RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SACOP	Sistema de Acompanhamento Eletrônico de Contratação Pública
SAD	Secretaria de Administração
SADEC	Seção de Auditoria de Despesas Contratuais
SADEP	Seção de Auditoria de Desempenho e Benefícios de Pessoal
SADIP	Seção de Auditoria de Direitos e Informações de Pessoal
SAETI	Seção de Auditorias Especiais em Tecnologia da Informação
SAGTI	Seção de Auditoria da Gestão de Tecnologia da Informação
SALIC	Seção de Auditoria de Licitações e Contratos
SARH	Sistema Integrado de Recursos Humanos e Saúde
SCO	Secretaria de Comunicação
SEACO	Seção de Auditoria Contábil
SEAUG	Seção de Auditoria de Governança, Gestão e Prestação de Contas
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIADU-JUD	Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIS	Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
VPDs	Variações Patrimoniais Diminutivas

Lista de Abreviaturas

Art.	Artigo
N.	Número
Res.	Resolução

Lista de Tabelas

TABELA 1	Perfil dos servidores ativos por cargo efetivo e formação acadêmica
TABELA 2	Perfil dos servidores ativos por cargo efetivo e formação acadêmica
TABELA 3	Execução das ações do Plano Anual de Auditoria
TABELA 4	Sumários Executivos
TABELA 5	Quantidade de ações de fiscalização monitoradas por ano
TABELA 6	Situação das recomendações
TABELA 7	Níveis de maturidade da avaliação da qualidade dos trabalhos de auditoria interna
TABELA 8	Produtos IA-CM
TABELA 9	Ações estruturantes
TABELA 10	Reuniões realizadas
TABELA 11	Definição dos fluxos de comunicação
TABELA 12	Capacitação por tipo, temática e curso
TABELA 13	Dados sobre os atos de admissão, aposentadoria e pensão referentes a 2022

Lista de Figuras

FIGURA 1	Secretaria de Auditoria Interna em números – 2022
FIGURA 2	Organograma da Secretaria de Auditoria Interna
FIGURA 3	Mapa Estratégico da Secretaria de Auditoria Interna do STJ – Ciclo 2022
FIGURA 4	Relatório de Auditoria nas Contas Anuais 2022
FIGURA 5	Plano Diretor 2022-2025
FIGURA 6	Plano Operacional 2022
FIGURA 7	Política de Comunicação da AUD

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1	Quantidade de Servidores da AUD por cargos e especialidades
GRÁFICO 2	Volume dos recursos auditados em relação à base da materialidade
GRÁFICO 3	Análises mandatórias realizadas em 2022
GRÁFICO 4	Recomendações por unidade auditada e tipo
GRÁFICO 5	Situação das recomendações em 31/12/2022
GRÁFICO 6	Resultados do Índice Geral de Avaliação Contínua (IGAC) por auditoria e tipo de respondente em 2022
GRÁFICO 7	Atividades essenciais do nível 3
GRÁFICO 8	Situação das ações estruturantes em 2022
GRÁFICO 9	Satisfação com a AUD
GRÁFICO 10	Resultados por fluxo de comunicação
GRÁFICO 11	Capacitações realizadas por segmento e carga horária
GRÁFICO 12	Auditoria e controle: horas por curso
GRÁFICO 13	Pesquisa de Valorização do Servidor da AUD

Sumário

■ APRESENTAÇÃO	13
■ AUD EM NÚMEROS – 2022	15
■ A SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA	17
■ PERFIL DOS SERVIDORES DA AUD	19
■ PLANEJAMENTO REALIZADO	23
■ DESEMPENHO NO PLANO ANUAL DE AUDITORIA	25
A – Auditorias e Resultados	28
B – Auditoria nas Contas Anuais	32
C – Análises Mandatórias	34
D – Impacto das Recomendações	35
E – Monitoramentos e Resultados	36
F – Situação das Recomendações	37
■ RESULTADO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E MELHORIA DA AUDITORIA INTERNA (PAQMAI)	39
■ RESULTADOS DA GESTÃO	41
Projeto IA-CM	41
Ações Estruturantes	43
■ DESEMPENHO DO PLANO DIRETOR 2002-2025	45
Resultados	
1 Promover a qualidade e a efetividade da Auditoria Interna	45
2 Contribuir para a governança, a gestão de riscos e os controles internos no Tribunal	46
3 Fortalecer a imagem da AUD	47
Processos Internos	
1 Aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos da AUD	48
2 Desenvolver a função Consultoria da Auditoria Interna	51
3 Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna	52
4 Aprimorar o processo de comunicação interna e com as unidades do Tribunal	52
Pessoas e Recursos	
1 Desenvolver as competências dos auditores	56
2 Intensificar o uso de tecnologias para automação de processos de trabalho da AUD	57
3 Implementar ações de valorização do servidor da AUD	58
■ CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES	61
■ DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA INDEPENDÊNCIA	65
■ PRINCIPAIS RISCOS E FRAGILIDADES DE CONTROLE NO TRIBUNAL	67
■ CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
■ REFERÊNCIAS	71



Apresentação

Apresento às autoridades, gestores e servidores do Superior Tribunal de Justiça – STJ o Relatório de Atividades da Secretaria de Auditoria Interna – AUD referente ao ano de 2022, em que são demonstrados os principais resultados da unidade na condução da atividade de auditoria interna do Tribunal no mencionado exercício, em conformidade com o que determina os artigos 4º, I, e 5º da Resolução CNJ n. 308/2020:

Art. 4º A unidade de auditoria interna do órgão reportar-se-á:

- I – funcionalmente, ao órgão colegiado competente do tribunal ou conselho, mediante apresentação de relatório anual das atividades exercidas, observado o disposto no art. 5º, § 2º, desta Resolução; e
- II – administrativamente, ao presidente do tribunal ou conselho.

Art. 5º O reporte a que se refere o inciso I do artigo 4º tem o objetivo de informar sobre a atuação da unidade de auditoria interna, devendo consignar no respectivo relatório, pelo menos:

- I – o desempenho da unidade de auditoria interna em relação ao Plano Anual de Auditoria, evidenciando:
 - a) a relação entre o planejamento de auditoria e as auditorias efetivamente realizadas, apontando o(s) motivo(s) que inviabilizou(a-ram) a execução da(s) auditoria(s);
 - b) as consultorias realizadas; e
 - c) os principais resultados das avaliações.
- II – a declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria, indicando se houve alguma restrição não fundamentada ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação; e
- III – os principais riscos e fragilidades de controle do tribunal ou conselho, incluindo riscos de fraude, e avaliação da governança institucional.

§ 1º A unidade de auditoria interna deverá encaminhar, por intermédio do presidente, o relatório anual das atividades desempenhadas no exercício anterior ao órgão colegiado competente do tribunal ou conselho até o final do mês de julho de cada ano.

§ 2º O relatório anual das atividades deverá ser autuado e distribuído, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data do seu recebimento, para que o órgão colegiado competente do tribunal ou conselho delibere sobre a atuação da unidade de auditoria interna.

§ 3º O relatório anual das atividades deverá ser divulgado na internet, na página do tribunal ou conselho, até trinta dias após a deliberação do órgão colegiado competente do tribunal ou conselho.

A AUD, por intermédio de suas equipes de auditoria, realiza ações de fiscalização e consultoria de forma transversal na organização com o propósito de aprimorar as operações das unidades e do Tribunal, especialmente quanto ao desenvolvimento da governança e ao aperfeiçoamento da gestão de riscos e dos controles internos.

Este Relatório demonstra os números das ações de auditoria que foram executadas, as quais representam as atividades-fim da Secretaria. Uma parte do seu conteúdo detalha a estrutura da AUD e o perfil do seu pessoal. O documento relaciona, por fim, o resultado das principais iniciativas da unidade para o fortalecimento do seu papel no STJ, bem como a contribuição do seu trabalho para os objetivos estratégicos do Tribunal.

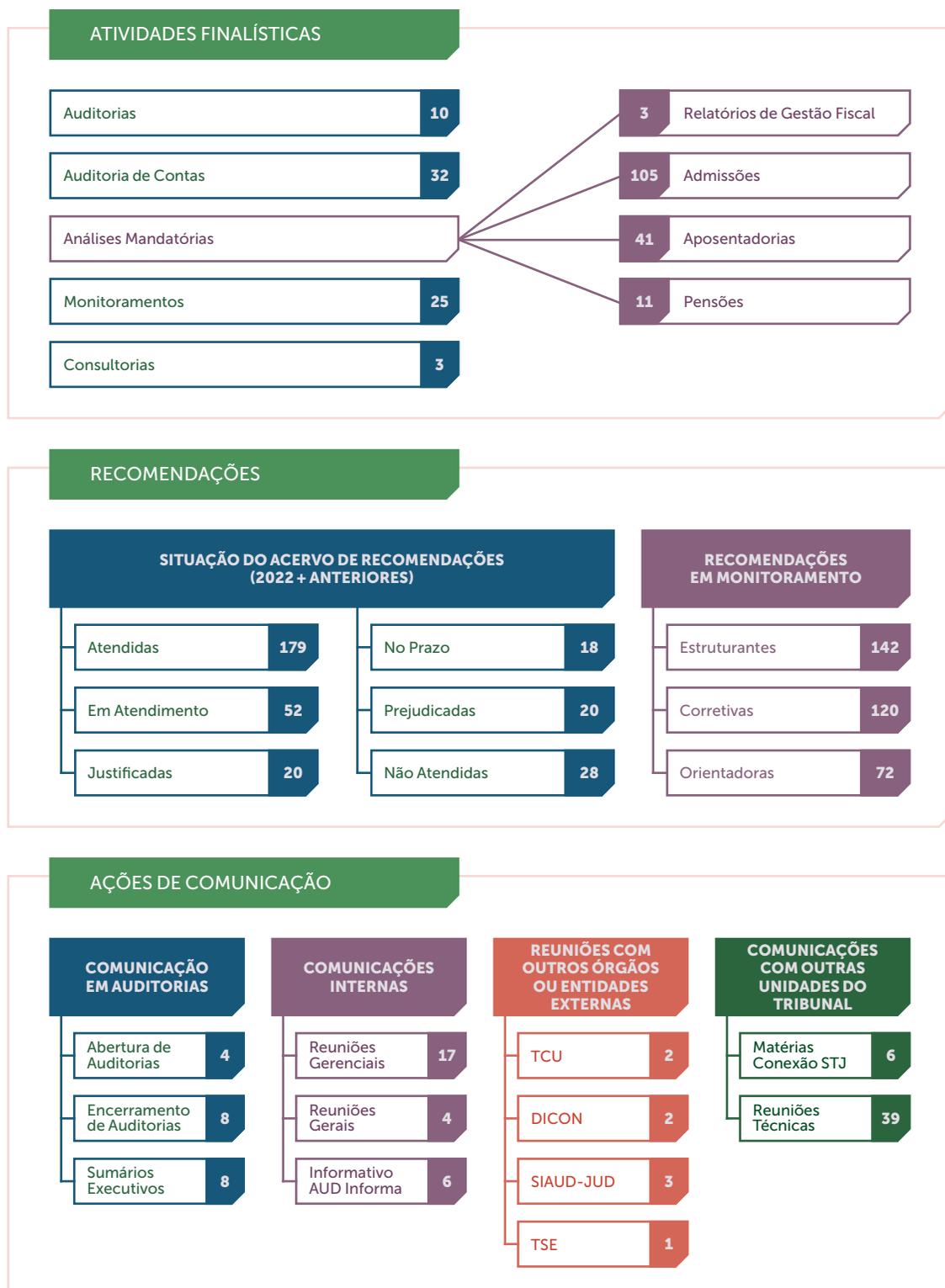
Vale frisar que a Secretaria de Auditoria Interna realizou em 2022 a segunda autoavaliação do IA-CM (*Internal Audit Capability Model*), modelo de capacidade da auditoria interna adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no final de 2019. A análise comparou as atividades e a capacidade da função da auditoria interna da Secretaria com as expectativas estabelecidas no modelo (desenvolvido pela Fundação de Auditoria Interna do IIA) da qual a diferença identificada se traduziu em ações a serem formuladas e implementadas, as quais constam do Plano de Ação da Secretaria. Com a execução do projeto proposto, espera-se elevar a assertividade da Auditoria Interna do Tribunal quanto à melhoria dos processos de trabalho e conseqüente alcance dos níveis de excelência do IA-CM.

Por último, ressalto que a divulgação dos resultados da unidade tem o firme propósito de dar transparência à atuação da Auditoria Interna do STJ aos interessados e de fomentar um ambiente colaborativo em torno dos objetivos institucionais e na busca do bem comum. ■

Ivo Mützenberg
Secretário de Auditoria Interna

AUD em Números – 2022

FIGURA 1 Secretaria de Auditoria Interna em números – 2022



AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

CONCLUÍDAS POR SERVIDORES DA AUD

Horas de Treinamento

2.669

Média de Horas por Servidor

72,14

Horas de Capacitação no Tema Auditoria e Controle

494

Fonte: Elaboração Própria – 2023

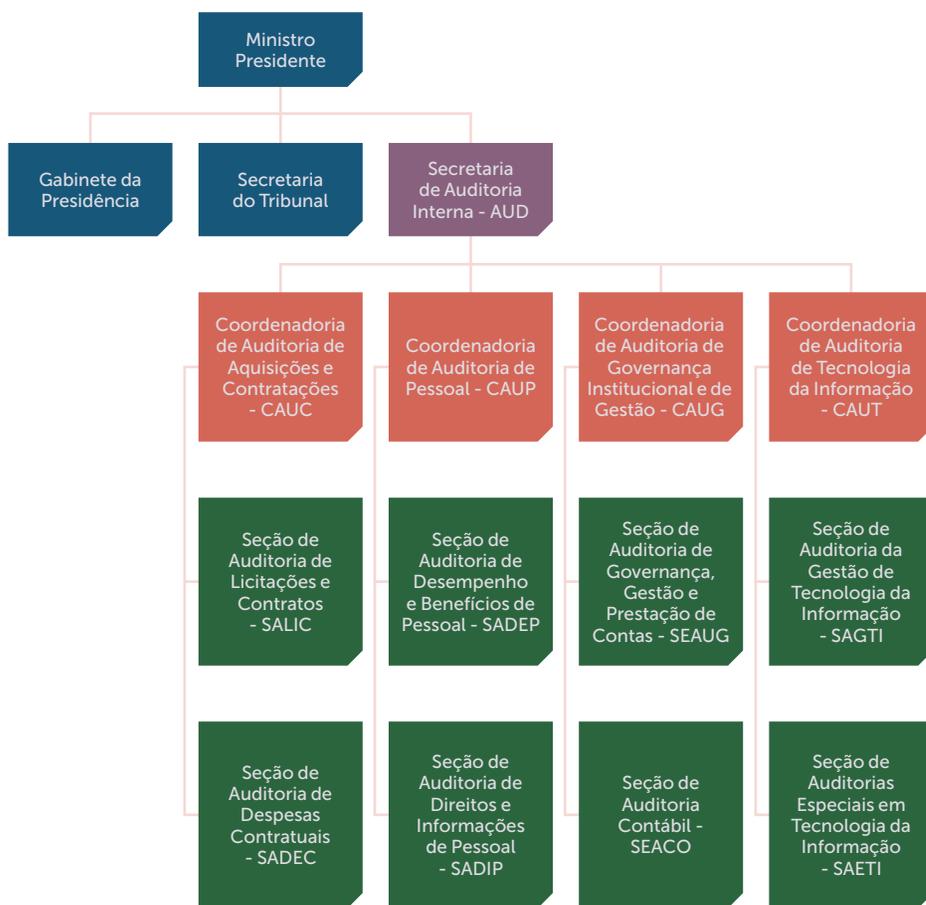


A Secretaria de Auditoria Interna

A Secretaria de Auditoria Interna do Superior Tribunal de Justiça – AUD/STJ, cuja competência é definida no art. 74 da Constituição Federal de 1988, fornece atividades independentes e objetivas de avaliação e de consultoria no que concerne à atuação das unidades administrativas e aos seus processos de trabalho, assim como auxilia a Alta Administração e o Conselho de Administração na identificação, prevenção e tratamento de riscos, de modo a fomentar melhorias na eficácia do sistema de governança institucional e dos processos de gestão.

A AUD está vinculada hierarquicamente à Presidência do STJ e divide-se em quatro coordenadorias que, por sua vez, subdividem-se em duas seções especializadas, conforme o organograma a seguir:

FIGURA 2 Organograma da Secretaria de Auditoria Interna



Fonte: Adaptação do Plano Diretor 2022-2025 da Secretaria de Auditoria Interna do STJ

As atribuições da AUD e de suas subunidades estão descritas, de forma detalhada, no Manual de Organização do STJ. Resumidamente, cada coordenadoria e seu conjunto de seções desempenham os seguintes papéis:

CAUC

Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações:
faz avaliações em temas, processos e atos relacionados à governança das aquisições, contratações em geral e gestão contratual, exceto os referentes à Tecnologia da Informação (TI).

CAUP

Coordenadoria de Auditoria de Pessoal :
faz avaliações em temas pertinentes à governança e à gestão de pessoas e analisa os atos de pessoal relativos à admissão, aposentadoria e pensão para fins de registro pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

CAUG

Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e Gestão:
faz avaliações em temas mais transversais ao Tribunal, tais como governança institucional, gestão de riscos, planejamento estratégico, gestão contábil e orçamentária, prestação de contas anuais.

CAUT

Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia de Informação:
faz avaliações em temas relacionados à governança e gestão de TI, bem como contratações e gestão de contratos nessa área.

Fonte: Elaboração Própria – 2023

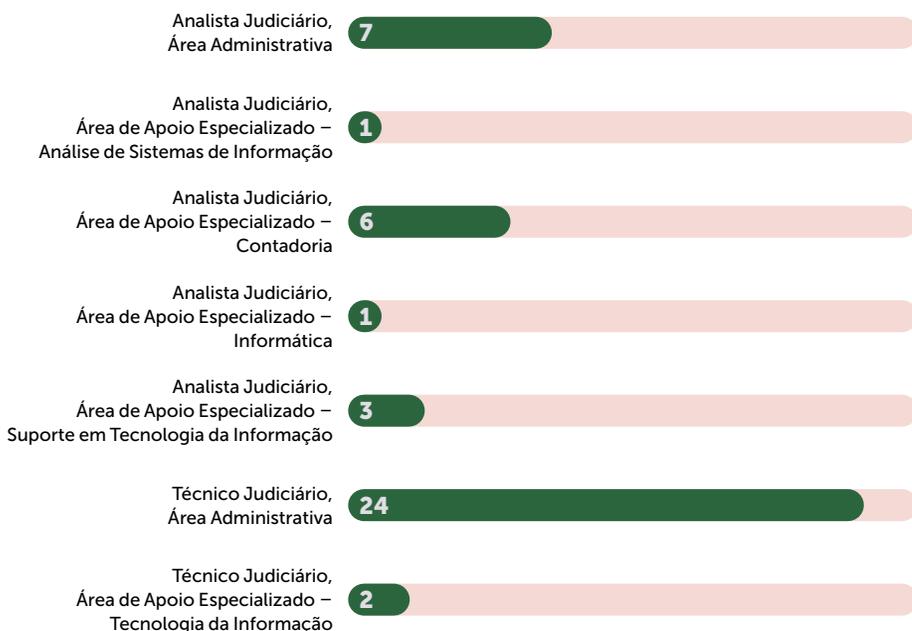


Perfil dos Servidores da AUD

A Secretaria de Auditoria Interna vem, ao longo dos últimos anos, buscando fortalecer seu posicionamento na Instituição de maneira a contribuir decisivamente para a condução das questões mais estratégicas, tanto as relacionadas à área-fim do Tribunal, quanto as do contexto da gestão administrativa.

Para isso, contou, ao longo de 2022, com o apoio de 44 servidores efetivos do STJ - 18 Analistas Judiciários e 26 Técnicos Judiciários - conforme demonstrado no gráfico e na tabela a seguir:

GRÁFICO 1 Quantidade de Servidores da AUD por cargos e especialidades



Fonte: Elaboração Própria – 2023

A formação acadêmica de seus servidores é diversificada, o que possibilita a utilização das capacidades individuais para desenvolver os trabalhos de auditoria de forma especializada nas várias áreas de atuação da unidade, o que pode ser verificado no quadro abaixo:

TABELA 1 Perfil dos servidores ativos por cargo efetivo e formação acadêmica

CURSO	QUANTIDADE DE ANALISTAS	QUANTIDADE DE TÉCNICOS	TOTAL
Administração	3	4	7
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	0	1	1
Ciência da Computação	2	1	3
Ciência Política	1	0	1
Ciências Contábeis	7	5	12
Ciências Econômicas	0	2	2
Ciências Sociais	0	1	1
Comunicação Social	0	1	1
Farmácia	1	0	1
Psicologia	1	0	1
Direito	2	0	2
Engenharia da Computação	1	0	1
Engenheiro Elétrico	1	0	1
Nutrição	0	1	1
Pedagogia	0	1	1
Relações Internacionais	0	1	1
Sistema de Informação	0	1	1
Tecnologia em Gestão Pública	1	0	1
Tecnologia em Segurança da Informação	1	0	1
Tecnólogo em Processamento de Dados	1	2	3
Total	22	21	43

Obs.: 4 servidores possuem 2 graduações e ambas foram consideradas no levantamento;

5 servidores não têm informação de curso superior no sistema.

Fonte: Elaboração Própria – 2023

Cumprir lembrar que a anterior demanda para reposição da força de trabalho, com reposição da equipe, ainda estava presente. É importante frisar que o quantitativo de servidores lotados na AUD estava abaixo do ideal, sendo que essa defasagem de recurso pessoal ocasionou sobrecarga nas equipes e dificuldades no cumprimento das atividades, a despeito da unidade ter obtido um bom desempenho.

Em 2022, 9 (nove) servidores saíram da AUD e 8 (oito), ingressaram. A tabela abaixo registra a movimentação dos servidores na AUD, no ano de 2022:

TABELA 2 Perfil dos servidores ativos por cargo efetivo e formação acadêmica

CARGOS EFETIVOS	SAÍDA	ENTRADA
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado - Análise de Sistemas de Informação	1	0
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado - Contadoria	2	1
Técnico Judiciário, Área Administrativa	4	6
Analista Judiciário, Área Administrativa	2	0
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado - Suporte em Tecnologia da Informação	0	1
Total geral	9	8

Fonte: Elaboração Própria – 2023



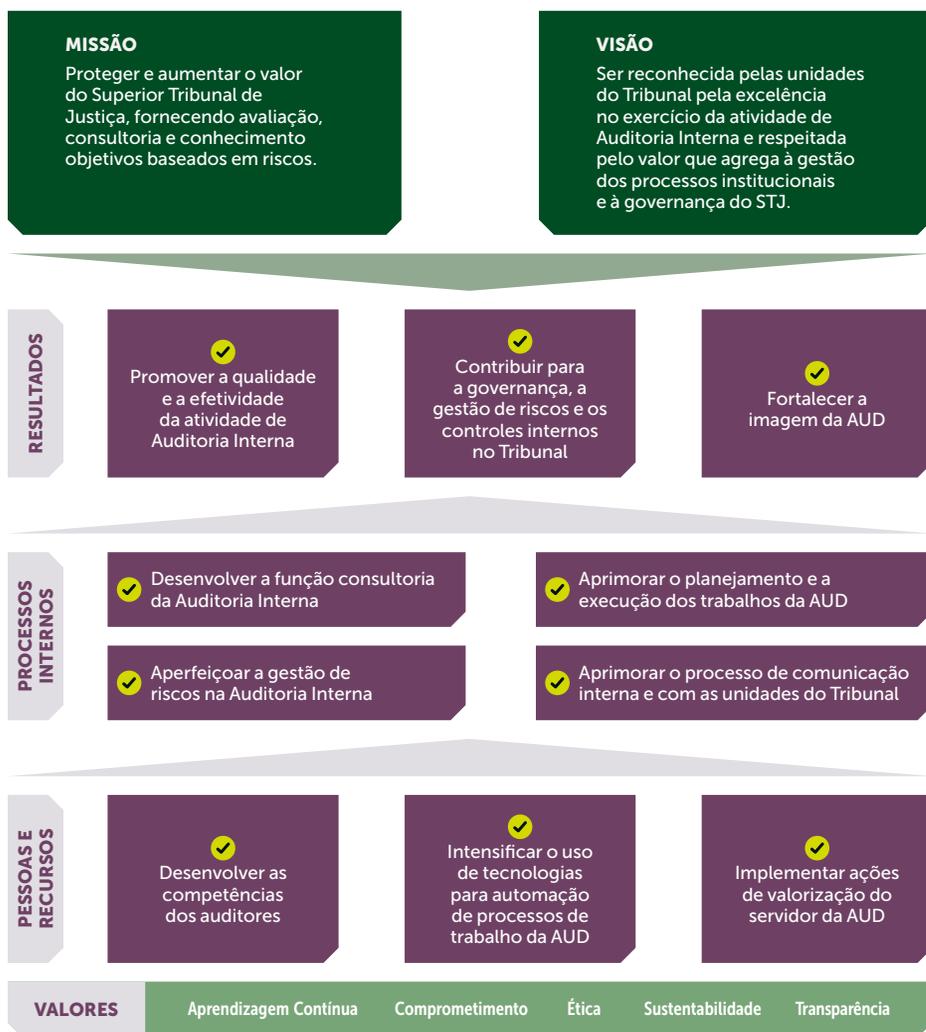


Planejamento Realizado

Ao planejar sua atuação, a Secretaria de Auditoria Interna considera cenários além do exercício corrente, alinhando-se ainda à estratégia de médio prazo da Organização. Isso é atingido por meio da elaboração do Plano Diretor. Ademais, por meio do Plano Operacional, a unidade planeja sua atuação para o período de um ano.

No ano de 2022, a AUD realizou a 1ª revisão do Plano Diretor 2022-2025, que contém o planejamento da pasta para o respectivo período. O Mapa Estratégico a seguir representa as iniciativas estratégicas da Secretaria e aborda tanto os temas relacionados a sua atividade-fim, quanto os referentes à gestão do trabalho de auditoria interna no STJ.

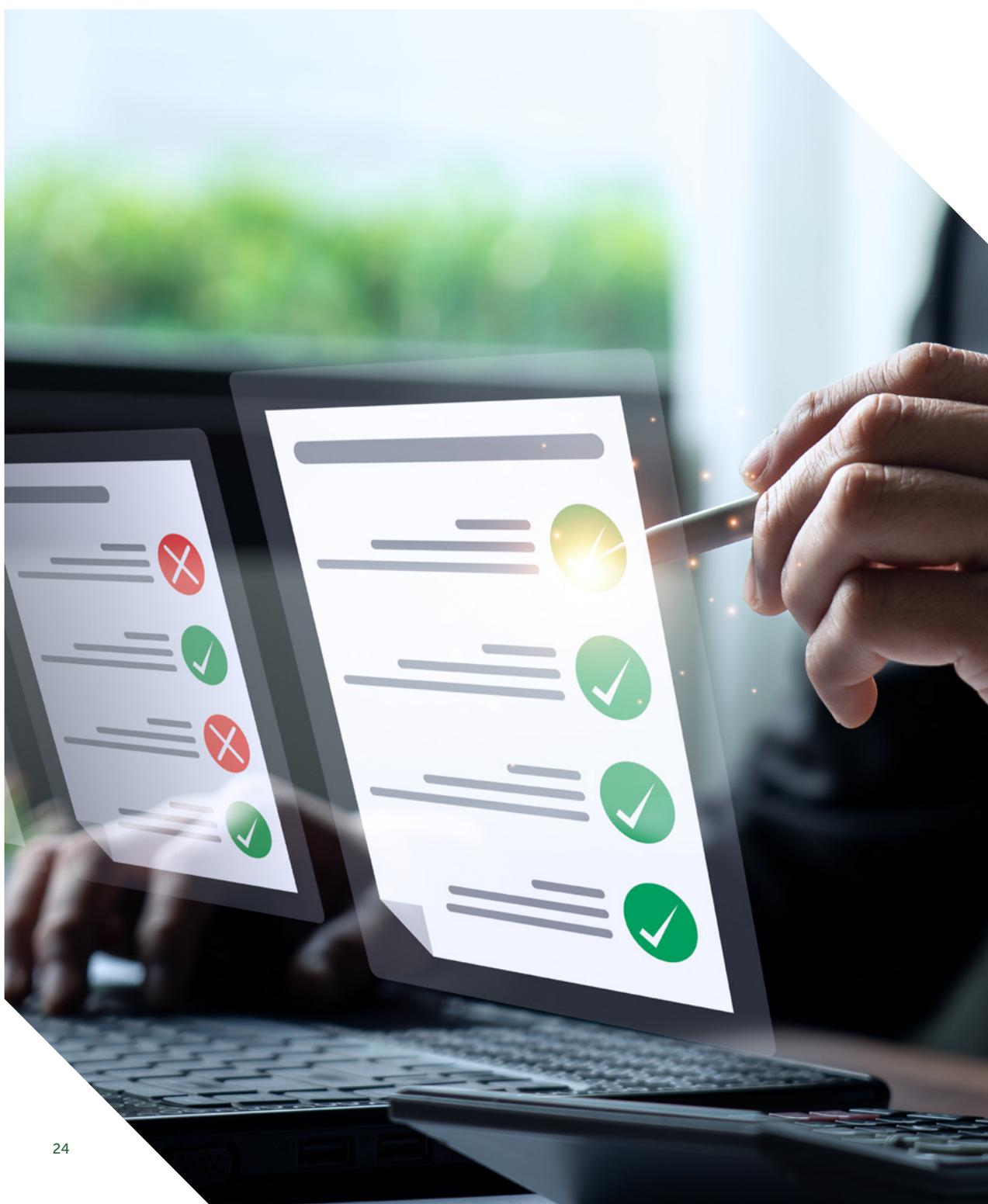
FIGURA 3 Mapa Estratégico da Secretaria de Auditoria Interna do STJ – Ciclo 2022 - 2025



Fonte: Plano Diretor 2022-2025 da Secretaria de Auditoria Interna do STJ

No ano de 2022, iniciou-se o primeiro período de monitoramento do Plano Diretor 2022-2025.

No que concerne ao Plano Operacional da AUD, este contém o Plano Anual de Auditoria, no qual estão previstas as atividades de auditoria, consultoria, análises mandatórias e prestação de contas para o período de um ano. Além disso, o documento contempla o Plano de Gestão, no qual constam as ações relativas ao projeto IA-CM e as ações estruturantes da unidade para o exercício seguinte, e o Plano de Capacitação, no qual são elencados os treinamentos necessários para que os servidores da AUD executem melhor o seu trabalho. ■



Desempenho no Plano Anual de Auditoria

A atividade finalística da Secretaria de Auditoria Interna é desenvolvida por meio de um conjunto de ações de controle. O planejamento das fiscalizações, para o exercício de 2022, foi organizado de acordo com a natureza dos trabalhos a serem realizados e dos resultados pretendidos, dentro das seguintes modalidades:

AUDITORIA

Avaliação de determinado macroprocesso ou processo da gestão, executada conforme metodologia preestabelecida, da qual resulta relatório com as constatações da equipe de auditoria e recomendações de ações e providências para os gestores das áreas auditadas.

AUDITORIA NAS CONTAS ANUAIS

Compreende um conjunto de avaliações, análises e emissão de relatórios que compõem o processo de prestação de contas do STJ, para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

ANÁLISE MANDATÓRIA

Análises que a unidade de auditoria interna deve fazer por força de comando legal ou constitucional, quando do exercício do papel de órgão de controle interno de sistema previsto no art. 74 da Constituição Federal de 1988 e em atendimento a comando legal ou normativo, especialmente da Lei Complementar n. 101/200, da Lei n. 8.443/1992 e da Resolução TCU n. 246/2011 (Regimento Interno/TCU).

MONITORAMENTO

Ação de controle destinada a avaliar a implementação das recomendações feitas pela AUD em trabalhos de auditoria. Em determinadas situações, pode haver diversos monitoramentos para uma auditoria, até a solução das recomendações.

CONSULTORIA

Atividade de aconselhamento fornecida pela Auditoria Interna à alta administração com a finalidade de agregar valor à organização e melhorar os seus processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, de forma condizente com os valores, as estratégias e os objetivos institucionais, sem que haja comprometimento da independência e autonomia do auditor interno governamental na realização de suas atividades.

LEVANTAMENTO

Ação de controle utilizada para que a equipe de auditoria e a Secretaria como um todo conheça determinado macroprocesso, tema ou área objeto de sua atuação, sendo esse conhecimento utilizado para o planejamento de outras ações de controle, como a auditoria. Normalmente, não são feitas recomendações a partir dos levantamentos efetuados.

A Secretaria de Auditoria Interna atuou em conformidade com Plano Anual de Auditoria, contido no Plano Operacional da AUD de 2022. A tabela a seguir sintetiza a execução das atividades de fiscalização e consultoria do exercício:

TABELA 3 Execução das ações do Plano Anual de Auditoria

MODALIDADE DE FISCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES PLANEJADAS	QUANTIDADE DE AÇÕES EXECUTADAS	OBSERVAÇÕES
Auditoria	14	10	A realização das auditorias ainda tem sido influenciada pela implementação do processo de contas anuais, iniciado em meados de 2020, que exigiu boa parte da dedicação da equipe no ano de 2022.
Auditoria nas contas anuais	27	32	O processo de auditoria está sendo aprimorado, mas continua mobilizando grande parte dos esforços da equipe da AUD no ano de 2022.
Análise Mandatória	3	3	Nas ações programadas para 2022, foram realizadas as seguintes análises: 3 nos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2022; 41 em processos de aposentadorias; 105 em processos de admissões; 11 em processos de pensões civis.
Consultoria	3	3	Houve o cancelamento de uma consultoria (Consultoria na IN 20/2019 - normas gerais sobre depreciação e avaliação dos bens tangíveis e amortização dos bens intangíveis no STJ)
Monitoramento	23	25	Nos monitoramentos previstos, foram avaliadas 334 recomendações emitidas, entre recomendações estruturantes, corretivas e orientadoras, sendo que 179 foram atendidas.

Fonte: Elaboração Própria – 2023

Em 2022 foram concluídas as seguintes auditorias:

- ✔ Auditoria de conformidade aplicada à avaliação preventiva dos procedimentos licitatórios – Exercício de 2021.
- ✔ Auditoria de acessibilidade.
- ✔ Auditoria integrada sobre a concessão e o pagamento do adicional de qualificação decorrente de ações de treinamento.
- ✔ Auditoria integrada sobre o serviço extraordinário.
- ✔ Auditoria contínua sobre procedimentos relacionados à folha de pagamento – Exercício 2021.
- ✔ Auditoria integrada sobre concessão de promoção e progressão funcional e avaliação de desempenho.
- ✔ Auditoria integrada sobre a contribuição mensal e o custeio do Programa de Assistência aos servidores do Superior Tribunal de Justiça – Pró-Ser.
- ✔ Auditoria nos procedimentos adotados na proteção e salvaguarda de ativos vulneráveis, com enfoque na prevenção e combate a incêndio e continuidade de negócios no STJ.
- ✔ Levantamento – Avaliação do Sistema de Controle Interno em Nível de Entidade – Atividades de Controle.



A

Auditorias e Resultados

A despeito do desafio de ajustar-se aos novos parâmetros normativos da auditoria de contas, a AUD concluiu boa parte das ações previstas no Plano Anual de Auditoria para 2022 e ainda registrou um ótimo desempenho no Alinhamento Estratégico, com seu radar geral alcançando o patamar de 96,66% no ano de 2022.

Em relação às auditorias realizadas em 2022, teve-se como propósito o de induzir melhorias na governança, na gestão dos riscos e nos controles internos.

No exercício, foram realizadas 8 auditorias, dos seguintes tipos:

AUDITORIA INTEGRADA

Busca verificar a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade dos controles, processos e sistemas usados na gerência de recursos financeiros, humanos, materiais e de informação das instituições públicas e dos programas de governo; bem como avaliar se as atividades referentes à obrigação de prestar contas são desenvolvidas a contento, incluindo o cumprimento legal de normas e regulamentos, naquilo que for aplicável. De forma geral, pode ser descrita como a junção de dois ou mais tipos de Auditoria.

AUDITORIA DE CONFORMIDADE

Tem por objetivo avaliar a aderência dos atos de gestão praticados pelos diversos agentes e áreas do Tribunal às leis, normas e padrões que regem a administração pública e a nossa instituição.

AUDITORIA OPERACIONAL

Visa avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, com a finalidade de certificar a existência e o funcionamento dos controles internos e apontar soluções alternativas para a melhoria dos processos de trabalho das diversas áreas do Tribunal, inclusive as finalísticas. A abordagem nesse tipo de auditoria é de apoio e auxílio à administração na busca do melhor desempenho da missão institucional e dos negócios das áreas.

AUDITORIA CONTÍNUA

Modalidade de fiscalização que tem por objetivo aumentar a efetividade da atuação da auditoria interna, uma vez que, com o uso dos recursos de tecnologia da informação, possibilita a construção de trilhas de auditoria que analisam automaticamente todos os lançamentos do objeto examinado. Sua execução proporciona a identificação de falhas pouco tempo após a ocorrência do evento.

AÇÃO COORDENADA

Auditoria de conformidade conduzida pelo Conselho Nacional de Justiça, com a participação de todo o Poder Judiciário, inclusive do STJ. Tem por objetivo a gestão concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário, bem como o atendimento aos princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade.

A seguir, encontram-se relacionadas as ações do Plano Anual de Auditoria de 2022 executadas até 31/12/2022 e para as quais foi emitido um sumário executivo, com os respectivos resultados alcançados. Ao lado da ação, incluiu-se o link para acesso ao teor do sumário executivo:

TABELA 4 Sumários Executivos

AUDITORIA REALIZADA	RESULTADOS OBSERVADOS OU POTENCIAIS RESULTADOS
<p>Auditoria de acessibilidade</p> <p>Processo Nº 21.930/2021</p>  	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de melhoria no acompanhamento profissional dos servidores com deficiência no STJ. • Erros encontrados na avaliação ASES (Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios) nos principais sítios do STJ. • Ausência de intérprete de libras, legenda e audiodescrição em vídeos publicados pelo STJ. • Inconformidades de sites do STJ com o modelo de acessibilidade do governo eletrônico – eMAG – Links, Imagens, Download, Texto e Contraste.
<p>Auditoria integrada sobre a concessão e o pagamento do adicional de qualificação decorrente de ações de treinamento</p> <p>Processo STJ Nº 024191/2021</p>  	<ul style="list-style-type: none"> • Falha no Sistema Integrado de Recursos Humanos e Saúde – SARH, no módulo de cadastro das ações de treinamento. • Ações de treinamento válidas para AQ – Treinamento, mas não utilizadas para a concessão do adicional. • Transparência na divulgação das informações relativas ao AQTreinamento.
<p>Auditoria Integrada sobre o serviço extraordinário</p> <p>Processo STJ Nº 006326/2022</p>  	<p>Constatou-se melhora significativa na metodologia de trabalho da unidade, levando-se em conta que esta ação de fiscalização não ensejou recomendação e que na auditoria realizada em novembro de 2015, sobre o mesmo tema, foram emitidas nove recomendações.</p> <p>Assim, concluiu-se que os controles internos administrativos instituídos pela Coordenadoria de Pagamento são, de maneira geral, adequados e efetivos para reduzir as possibilidades de erros que possam ocorrer no processo de trabalho aplicados ao serviço extraordinário.</p>

AUDITORIA REALIZADA**RESULTADOS OBSERVADOS OU POTENCIAIS RESULTADOS****Auditoria contínua sobre procedimentos relacionados à folha de pagamento – Exercício 2021**

Processo STJ
Nº 0964/2021



ACESSE:
SUMÁRIO
EXECUTIVO



Do total de R\$ 784.151.531,82, correspondentes ao somatório das rubricas analisadas, apurou-se a diferença de R\$ 6.349,56 os quais foram ratificados e corrigidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas. Os demais valores identificados referiam-se a indícios esclarecidos pela unidade auditada.

Com base nos resultados obtidos nas trilhas de auditoria, concluiu-se que a sistemática adotada pela Administração no cálculo das rubricas examinadas está aderente às normas e os pagamentos analisados estão de acordo com os padrões esperados.

Auditoria Integrada sobre concessão de promoção e progressão funcional e avaliação de desempenho

Processo STJ
Nº 24398/2021



ACESSE:
SUMÁRIO
EXECUTIVO



- Atendimento as regras estabelecidas nos normativos de referência.
- Possibilidade de atualização do instrumento avaliativo.
- Possível falha na mensuração do efetivo desenvolvimento do servidor.

Auditoria Integrada sobre a contribuição mensal e o custeio do Programa de Assistência aos servidores do Superior Tribunal de Justiça – Pró-Ser

Processo STJ
Nº 005820/2022



ACESSE:
SUMÁRIO
EXECUTIVO



- De um modo geral, apurou-se o atendimento às regras estabelecidas nos normativos de referência.
- Verificou-se a necessidade de instituir rotina para o exame de faturas decorrentes de internação.
- Constatada divergência nos descontos do valor de contribuição.
- Identificada necessidade de correção no relatório de controle do saldo devedor do Pró-Ser.

AUDITORIA REALIZADA	RESULTADOS OBSERVADOS OU POTENCIAIS RESULTADOS
<p data-bbox="253 312 504 596">Auditoria nos procedimentos adotados na proteção e salvaguarda de ativos vulneráveis, com enfoque na prevenção e combate a incêndio e continuidade de negócios no STJ</p> <p data-bbox="253 607 418 664">Processo STJ Nº 14.115/2022</p> <div data-bbox="253 698 477 970">  <p data-bbox="346 721 471 789">ACESSE: SUMÁRIO EXECUTIVO</p>  </div>	<ul data-bbox="543 312 1127 1367" style="list-style-type: none"> • Verificou-se que não há norma ou documento definindo quais ativos do Tribunal são classificados como críticos e/ou vulneráveis. • Constatou-se que no STJ há política definida de prevenção e combate a incêndio e de gestão de continuidade de negócios, mas que ainda não foi devidamente implementada. • Ficaram demonstradas situações de obstáculos ao longo das rotas de fuga no STJ. • Ao avaliar a quantidade de saídas de emergência foi identificada a desproporção relevante dessa quantidade entre cada um dos prédios do complexo do STJ ao se comparar o quantitativo de pessoas que ocupam cada um dos edifícios. • Constatou-se, de modo geral, condições satisfatórias no que se refere à instalação dos hidrantes e extintores de incêndio. • Verificou-se, ainda, que todos os equipamentos inspecionados se encontravam dentro do prazo de validade. • Quanto à disposição dos equipamentos de segurança, foram registradas diversas inconformidades. • Verificou-se que o sistema de sinalização e iluminação de segurança contra incêndio e pânico está, de modo geral, em conformidade com as normas de segurança. • Constatou-se que o STJ dispõe de dois locais onde são armazenados botijões de GLP. • Há no STJ o armazenamento de gasolina. • Identificaram-se situações de fiação inadequada e/ou desordenada de eletroeletrônicos, bem como eletroeletrônicos indevidamente instalados, podendo causar perigo de incêndio.

Fonte: Elaboração Própria – 2023

B

Auditoria nas Contas Anuais

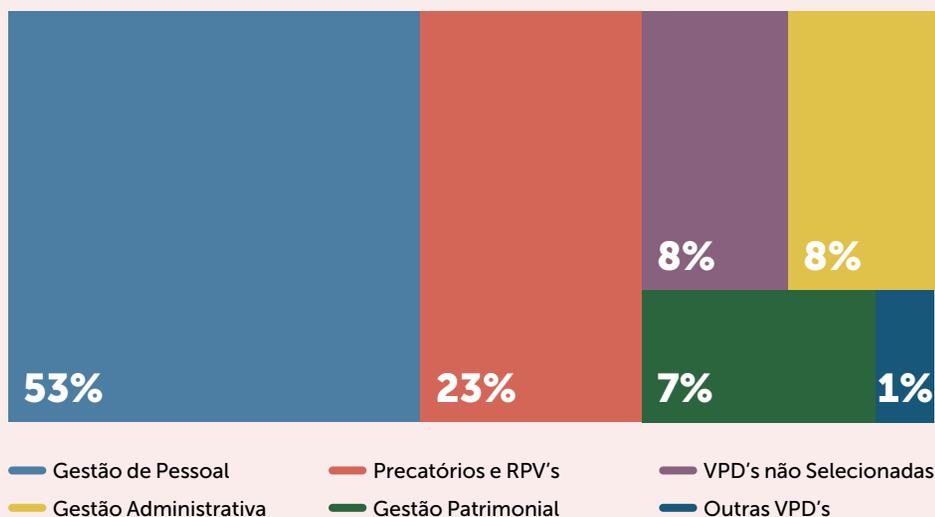
A auditoria anual nas contas dos administradores é competência das unidades de auditoria interna da Administração Pública Federal, que desempenham papel de órgão do sistema de controle interno, previsto no art. 74 da Constituição Federal, e é determinada pelo art. 50 da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992.

Dessa forma, a AUD realizou auditoria financeira integrada com conformidade nas contas de 2022 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, com o objetivo de expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do Tribunal estão livres de distorção relevante, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, e se as operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

A auditoria, realizada de 8/7/2022 a 23/3/2023, foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria do setor público e insere-se na estratégia de fortalecimento da auditoria financeira aprovada pelo Acórdão 3.608/2014 – TCU - Plenário, de realização de auditorias nas contas anuais para fins da certificação das contas.

Em relação à perspectiva patrimonial, o volume de recursos fiscalizados, em auditoria financeira, para o ciclo de gestão de pessoal foi de R\$ 1.265.691.453,00. O valor total de contas selecionadas pela materialidade foi de R\$ 2.173.521.285,06, correspondendo à 91,91% das despesas no exercício de 2022, dos quais 53% correspondem à gestão de pessoal; 8% à gestão administrativa; 1% à gestão patrimonial; 23% a precatórios e RPVs; 7% a outras Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) e 8% não selecionadas no exercício de 2022, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 Volume dos recursos auditados em relação à base da materialidade



Fonte: Elaboração Própria – 2023

As conclusões da equipe de auditoria estão restritas aos procedimentos executados segundo orientações contidas na Decisão Normativa TCU 198/2022, na IN TCU 84/2020, nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, bem como nas normas internas do Tribunal. A comunicação preliminar das distorções à administração do STJ proporcionou que fossem corrigidas distorções de classificação quanto à rotina contábil da folha de pagamento, no total de R\$ 7.509.259,60 referente a Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs), R\$ 33.348.551,90 na conta de passivo de Férias a Pagar e R\$ 16.385.655,17 e R\$ 388.509,38 nas VPDs de Férias – RPPS e Férias – RGPS respectivamente. Também permitiu à Administração solicitar à Secretaria de Patrimônio da União – SPU a regularização dos registros dos bens imóveis sob responsabilidade do STJ nos Sistemas SPIUnet e SIAFI, no valor aproximadamente de R\$ 18.330.903,10, o que foi efetivado em fevereiro de 2023.

O QUE O STJ ENCONTROU?

A auditoria detectou distorções de valores nas demonstrações contábeis que somam R\$ 31.446.439,30, relativas à subavaliação do ativo imobilizado (imóveis) e à superavaliação na conta de VPD de Férias RPPS. Ademais, há necessidade de aprimoramento na construção e divulgação das notas explicativas. As conclusões da auditoria de contas levaram à opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis e à opinião sem ressalva sobre a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

QUAL A PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO?

A fim de alinhar as demonstrações contábeis do STJ às práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas internacionais aplicadas ao setor público, foram propostas recomendações para ajuste da rotina contábil sobre o achado de distorção de valor e aprimoramento de cinco controles internos sobre registros contábeis detectados pela equipe de auditoria, bem como levados ao conhecimento da Administração uma distorção de valor, duas deficiências significativas de controles internos e um assunto que exigiu atenção significativa na auditoria. Com a implementação dos ajustes propostos pela AUD, haverá uma melhora na prestação de contas do Tribunal, bem como no controle da aplicação dos recursos públicos, e, consequentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.

FIGURA 4 Relatório de Auditoria nas Contas Anuais 2022



C

Análises Mandatórias

CONFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

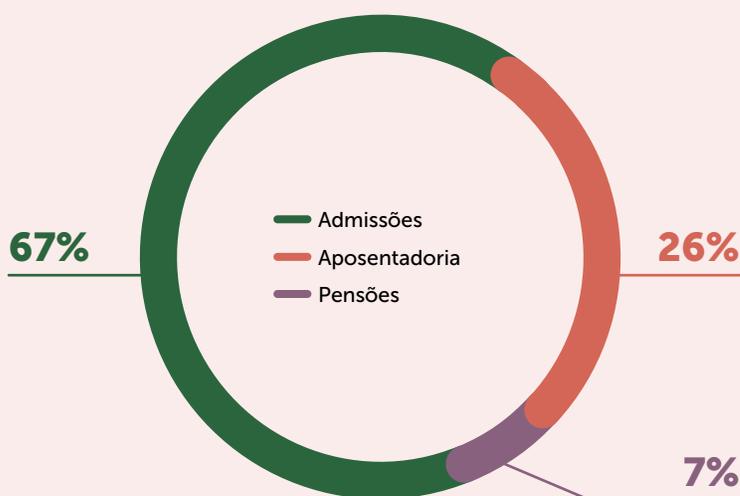
É de responsabilidade da Secretaria de Auditoria Interna garantir que o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, que é um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), seja elaborado de acordo com as disposições contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No exercício de 2022, a AUD analisou os 3 (três) RGFs elaborados pelo Tribunal.

AVALIAÇÃO DOS ATOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SUJEITOS A REGISTRO NO TCU

O art. 11 da Instrução Normativa do TCU n. 78, de 21 de março de 2018, determina que “o órgão de controle interno emitirá parecer sobre a legalidade dos atos de admissão e de concessão disponibilizados no e-Pessoal pelos órgãos de pessoal a ele vinculados”. Em 2022, a AUD encaminhou 157 atos ao TCU, por meio do Sistema e-Pessoal, sendo 105 admissões, 41 aposentadorias e 11 pensões.

No gráfico abaixo é possível observar o percentual de Análises Mandatórias por categoria:

GRÁFICO 3 Análises mandatórias realizadas em 2022



Fonte: Elaboração Própria – 2023

Cabe ressaltar que em todos os casos a Auditoria Interna observou o prazo de 120 dias para envio dos atos à Corte de Contas, em conformidade com §1º do art. 11 da Instrução Normativa do TCU n. 78/2018.

D Impacto das Recomendações

A AUD atua de forma a contribuir para a governança e atingimento dos objetivos do STJ. Por isso, está diretamente envolvida no planejamento estratégico, sendo a responsável pelo indicador "Atendimento às Recomendações".

Como decorrência da atividade de fiscalização, a AUD recomenda medidas a serem adotadas pelas diversas áreas administrativas do Tribunal. Tais recomendações visam, primordialmente, induzir melhorias nos processos de trabalho e de gestão, podendo ser classificadas em Estruturante, Corretiva e Orientadora, de acordo com a forma como impactam os processos de gestão do Tribunal.

ESTRUTURANTE

É a recomendação que propõe melhorias na governança, na gestão de riscos e nos controles internos de um processo de trabalho ou área da gestão. O "não fazer" tem alto impacto no processo de trabalho e no seu resultado, podendo comprometer, inclusive, o cumprimento da missão institucional. É recomendação que geralmente gera efeitos positivos nas ações futuras da gestão, de forma a melhorar a eficiência e os resultados.

CORRETIVA

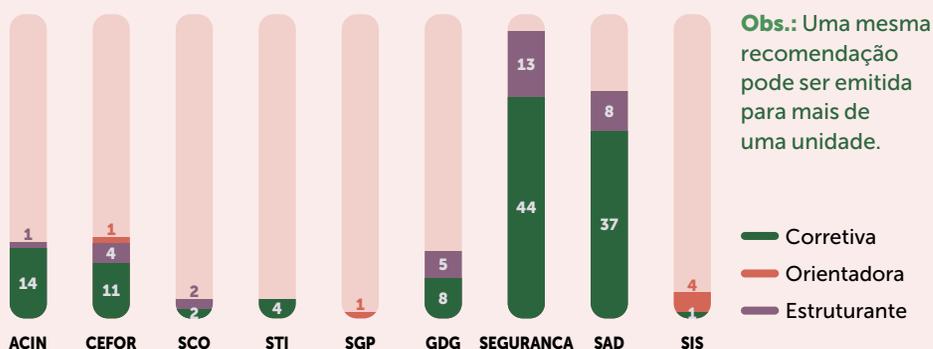
É a recomendação com proposta de ajuste em um processo administrativo já constituído ou de correção de falha ou irregularidade. É aquela que trata de situação pontual, de uma falha ou irregularidade ocorrida no passado e que deve ser corrigida pelo gestor, ou que indica a necessidade de ação do gestor em processo administrativo em andamento.

ORIENTADORA

É a recomendação que, com finalidade pedagógica, sugere a adoção de boas práticas de gestão, deixando para o gestor a avaliação de oportunidade e conveniência e da relação custo x benefício de adoção. Em regra, as orientações para boas práticas estão classificadas neste tipo de recomendação.

Em 2022, a AUD emitiu 77 recomendações, sendo 12 estruturantes, 59 corretivas e 6 orientadoras. O gráfico abaixo demonstra a quantidade de recomendações emitidas para cada unidade auditada por tipo:

GRÁFICO 4 Recomendações por unidade auditada e tipo



E

Monitoramentos e Resultados

Em 2022, realizaram-se monitoramentos para avaliar a implementação das recomendações emitidas pela AUD em ações de fiscalização realizadas no decorrer dos exercícios de 2015 a 2022, conforme demonstra a tabela a seguir:

TABELA 5 Quantidade de ações de fiscalização monitoradas por ano

QUANTIDADE DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO MONITORADAS					
EXERCÍCIO DA FISCALIZAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022
2015	6	1	3	1	1
2016	6	3	3	1	0
2017	8	5	6	3	8
2018	3	13	7	7	6
2019	-	9	13	5	8
2020	-	-	5	7	3
2021	-	-	-	3	8
2022	-	-	-	-	2
Total	23	31	37	27	36

Fonte: Elaboração Própria – 2023

Registre-se que as recomendações decorrentes das fiscalizações são monitoradas quanto a seu atendimento, pelo menos uma vez ao ano. Em regra, o monitoramento de uma recomendação tem prazo de controle de até 3 (três) anos consecutivos, conforme determinado no Manual de Auditoria Interna do STJ, ou até a solução das pendências pela área auditada, de acordo com a conveniência e oportunidade da situação avaliada pela equipe de auditoria. Pelo exposto na tabela acima, observa-se que, no exercício de 2022, foram monitoradas 15 fiscalizações realizadas entre os anos de 2015 e 2018, ou seja, fora do prazo regular de monitoramento.

F

Situação das Recomendações

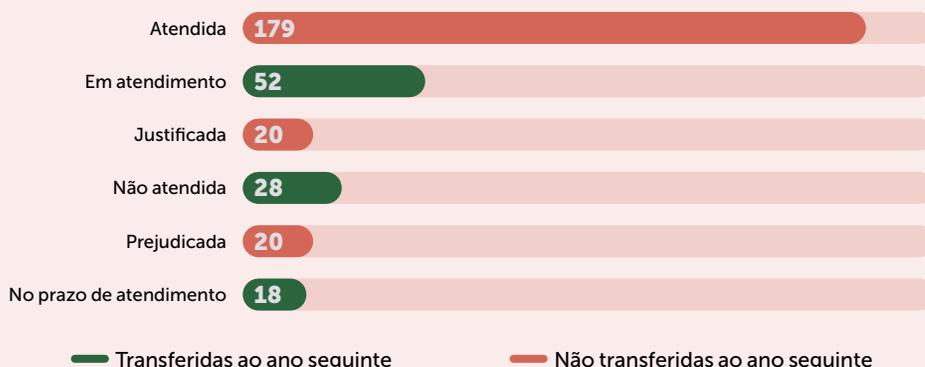
No monitoramento, a AUD adotou em 2022 a seguinte classificação para identificar as situações em que se encontram as recomendações:

TABELA 6 Situação das recomendações

SITUAÇÃO	O QUE SIGNIFICA
Atendida	A unidade auditada realizou as ações consideradas necessárias e suficientes pela Auditoria Interna para o atendimento da recomendação.
Em atendimento	A unidade auditada iniciou a ação para atendimento da recomendação, porém, a solução não estava completa no momento da elaboração do relatório de monitoramento.
Justificada	A unidade auditada não atendeu à recomendação, mas apresentou justificativas que foram consideradas razoáveis e satisfatórias pela Auditoria Interna.
Não atendida	A unidade auditada manifestou-se, de forma justificada, contrária à implementação da recomendação; porém, a Auditoria Interna não considerou razoáveis as justificativas apresentadas.
No prazo de atendimento	O prazo para as providências ou informações da unidade auditada ainda estava vigente no fechamento das análises da equipe de auditoria.
Prejudicada	A recomendação perdeu seu objeto, não sendo possível seu atendimento pela unidade auditada.

Fonte: Elaboração Própria – 2023

GRÁFICO 5 Situação das recomendações em 31/12/2022



Fonte: Elaboração Própria – 2023

O acompanhamento dessa ação é realizado por meio do **indicador estratégico de Atendimento às Recomendações**, que mede a proporção das recomendações em monitoramento que foram atendidas.

O indicador mede o percentual de atendimento às recomendações estruturantes, corretivas e orientadoras emitidas pela AUD a cada exercício. Ao final do trabalho de fiscalização, a AUD emite recomendações com o objetivo de propor que as unidades auditadas adotem ações para corrigir desconformidades, tratar riscos e aperfeiçoar processos de trabalho e controles. Para 2022, a meta foi atender 60% das expedidas.

Em 2022, foram tomadas providências para avaliação e melhorias na medição do indicador. As ações executadas foram fundamentais para a evolução do indicador. O resultado alcançado foi de 86,47%, acima da apuração do ano anterior (66,41%). No geral, o STJ superou a meta de 60% e as unidades suplantaram os resultados de 2021. ■



Resultado do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI)



Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI) tem o propósito de assegurar que o conceito de qualidade seja inserido na atividade de auditoria interna e em todas as suas operações, devendo essas serem gerenciadas e executadas conforme uma metodologia preestabelecida que promova a qualidade e, por padrão, a conformidade com as normas internacionais.

O referido programa abrange avaliações da eficiência e da eficácia da atividade de auditoria interna, o que ajuda a identificar oportunidades de melhoria, inclusive em relação às competências técnicas do profissional de auditoria.

Em 2022, ele foi aplicado nos trabalhos de avaliação e de consultoria realizados pela Secretaria de Auditoria Interna a fim de identificar o nível de qualidade da atividade de auditoria interna e detectar as oportunidades de melhorias para levar a unidade a um patamar superior e apropriado.

Para assegurar a qualidade das atividades de auditoria interna, após a conclusão de cada trabalho, são disponibilizados questionários semiestruturados para:

- Unidades auditadas;
- Supervisores dos trabalhos;
- Equipes de Auditoria Interna.

Os elementos avaliados neste instrumento são:

- Planejamento do trabalho;
- Execução do trabalho;
- Relacionamento com a unidade cliente;
- Comunicação dos resultados;
- Preparo da equipe.

Em 2022, as unidades auditadas que responderam aos questionários foram as seguintes:

- Gabinete do Diretor-Geral;
- Centro de Formação e Gestão Judiciária - CEFOR;
- Comissão de Acessibilidade e Inclusão;
- Secretaria de Administração;
- Secretaria de Orçamento e Finanças;
- Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Secretaria de Comunicação Social;
- Secretaria de Serviços Integrados de Saúde;
- Secretaria de Gestão de Pessoas.

Os resultados das avaliações são mensurados de acordo com níveis de maturidade descritos na tabela abaixo:

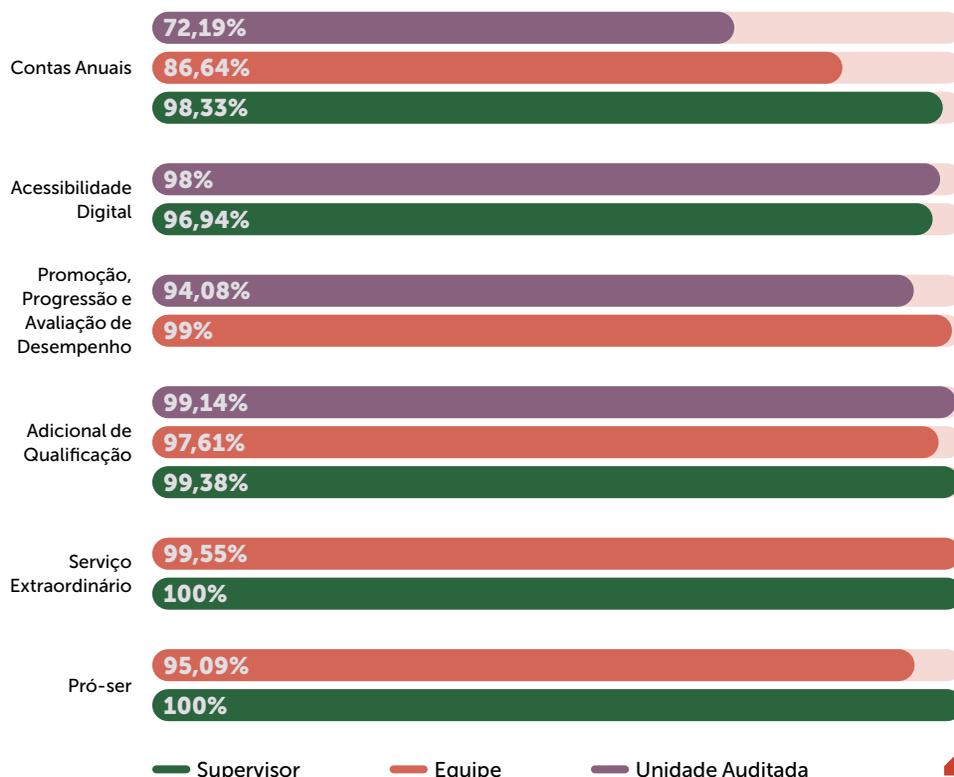
TABELA 7 Níveis de maturidade da avaliação da qualidade dos trabalhos de auditoria interna

NÍVEIS DE MATURIDADE DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA					
	NÍVEL 1 INTRODUTÓRIO	NÍVEL 2 EMERGENTE	NÍVEL 3 ESTABILIZADO	NÍVEL 4 PROGRESSIVO	NÍVEL 5 AVANÇADO
O que significa	Práticas de auditoria interna inexistentes	Práticas de auditoria interna realizadas de maneira informal	Normas e padrões de auditoria interna utilizados esporadicamente	Normas e padrões de auditoria interna utilizados na maioria das vezes	Normas e padrões de auditoria interna utilizados plenamente
Pontuação representativa	0 a 30	30 a 50	50 a 80	80 a 90	90 a 100

Fonte: Adaptação do Relatório Resumido da avaliação contínua da qualidade: 2º semestre de 2022

Os resultados obtidos com as avaliações realizadas no ano de 2022 encontram-se conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 6 Resultados do Índice Geral de Avaliação Contínua (IGAC) por auditoria e tipo de respondente em 2022



Fonte: Elaboração Própria – 2023

Resultados da Gestão

Projeto IA-CM



objetivo principal da Secretaria de Auditoria Interna é proteger e agregar valor ao negócio do STJ buscando constantemente uma atuação mais participativa, colaborativa e eficiente.

Com vistas a aprimorar a atividade da auditoria interna, contribuindo para o alcance da excelência na auditoria do STJ, a AUD desenvolve, desde o ano de 2020, o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna - IA-CM (*Internal Audit Capability Model*), uma ferramenta de planejamento estratégico que atua como instrumento de visão e comunicação, tendo como objetivo o aperfeiçoamento organizado de uma unidade de auditoria interna do setor público.

O IA-CM descreve um caminho progressivo para que a auditoria interna aprimore suas capacidades de forma a suprir as necessidades de governança e expectativas profissionais do STJ. Com esse roteiro, é possível definir os passos para que a AUD evolua do nível atual de capacidade para um nível de auditorias internas fortes e eficazes.

A iniciativa, que se propõe a orientar a elaboração das políticas, processos, procedimentos e ferramentas tecnológicas de Auditoria Interna, necessários para sua efetividade, tem o objetivo de aprimorar as capacidades da AUD e adotar práticas, de forma progressiva e ordenada, aumentando o valor agregado ao STJ pelos serviços prestados pela Secretaria de Auditoria Interna.

Após a execução de Plano de Ação para institucionalizar todas as atividades relacionadas ao nível 2 do referido modelo, a Secretaria de Auditoria Interna - AUD do STJ realizou, no 2º semestre de 2022, uma segunda autoavaliação – a primeira foi no 2º semestre de 2019 - visando identificar a sua capacidade da função auditoria interna, bem como estabelecer as ações a serem planejadas e implementadas para o atingimento do NÍVEL 3 de capacidade do Modelo IA-CM.

GRÁFICO 7 Atividades essenciais do nível 3



Fonte: Elaboração Própria – 2023

A tabela, abaixo, apresenta as ações concluídas e as previstas para serem executadas no segundo ciclo de implantação do projeto IA-CM:

TABELA 8 Produtos IA-CM

PRODUTO - SITUAÇÃO FASE 1	SITUAÇÃO
Banco de lições aprendidas	Concluído
Base de dados de históricos das fases de fiscalização	Iniciado
Código de Conduta Ética dos Auditores Internos	Concluído
Estatuto da Secretaria de Auditoria Interna	Concluído
Fluxograma do Monitoramento das recomendações	Concluído
Fluxograma do Planejamento da AUD	Concluído
Fluxograma do processo de Auditoria	Concluído
Manual de Auditoria	Em desenvolvimento
Padrão de avaliação de riscos e controles internos	Concluído
Matriz de recursos da AUD	Concluído
Método de avaliação do universo de auditoria	Concluído
Normas para atividade de AI	Concluído
Padrão de elaboração e atualização de normas da AUD	Concluído
Padrão de Monitoramento de Recomendações	Concluído
Padrão de Planejamento	Concluído
Padrão de relatórios e notas de auditoria	Em desenvolvimento
Plano Diretor - padrão de planejamento	Concluído
Plano Operacional - padrão de planejamento	Concluído
Plano Orçamentário da AUD	Concluído
Política de uso de ferramentas tecnológicas no âmbito da AUD	Em desenvolvimento
Política/Plano de comunicação da AUD	Concluído
Processo de comunicação interna e externa da AUD	Em desenvolvimento
Sistema informatizado p/gerenciamento da atividade de AI	Em desenvolvimento

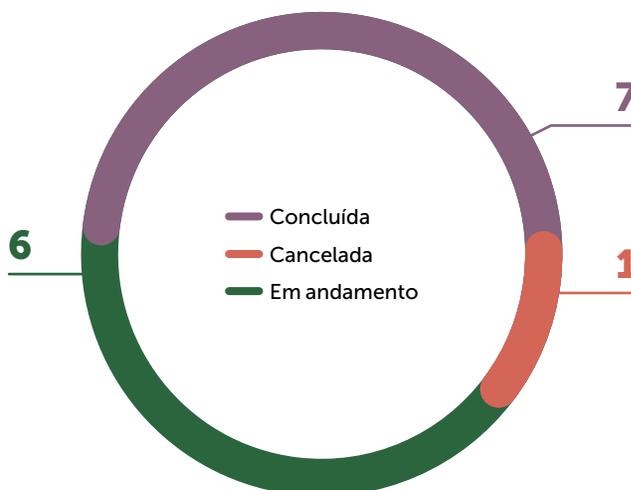
PRODUTO - SITUAÇÃO FASE 1	SITUAÇÃO
Política/Plano de capacitação	Concluído
Política/Plano de incentivo e valorização do servidor da AUD	Concluída

Fonte: Elaboração Própria – 2023

Ações Estruturantes

O Plano de Ação da Secretaria de Auditoria Interna contém, além das ações de fiscalização, as ações estruturantes (que visam realizar melhorias na execução, gestão e controle dos processos de trabalho e aprimorar a eficiência e os resultados dos trabalhos). O gráfico, a seguir, demonstra a proporção de atividades em relação à fase de desenvolvimento que se encontravam, no final de 2022:

GRÁFICO 8 Situação das ações estruturantes em 2022



Fonte: Elaboração Própria – 2023

A tabela abaixo, relaciona as ações estruturantes e respectivo status de execução:

TABELA 9 Ações estruturantes

AÇÕES ESTRUTURANTES				
Nº	AÇÃO ESTRUTURANTE	INDICADOR	OBJETIVO DA AUD	STATUS
5	Implantar Pesquisa de Satisfação para medir a percepção de valorização dos servidores da AUD, em relação ao ambiente de trabalho na Secretaria	Valorização do Servidor	Implementar ações de valorização do servidor da AUD	Concluída
12	Implantar Pesquisa de Satisfação para medir percepção das unidades do STJ com relação à contribuição para a Governança	Nível de percepção da contribuição da AI para a Governança	Contribuir para a Governança, a Gestão de Riscos e os Controles Internos no Tribunal	Concluída
13	Implantar Pesquisa para medir nível de satisfação das unidades com os serviços prestados pela AUD	Satisfação com a AUD	Fortalecer a imagem da AUD	Concluída

AÇÕES ESTRUTURANTES				
Nº	AÇÃO ESTRUTURANTE	INDICADOR	OBJETIVO DA AUD	STATUS
3	Implementar canal de elogios, críticas e sugestões na página da AUD - Intranet	Efetividade da comunicação em auditorias	Aprimorar o processo de comunicação interna e com as unidades do Tribunal	Cancelada
4	Elaborar o Manual de Auditoria Baseada em Riscos	Ações realizadas pela AUD que contribuem para a gestão de riscos e controles internos	Contribuir para a Governança, a Gestão de Riscos e os Controles Internos no Tribunal	Em andamento
10	Mapear os principais processos de trabalho da AUD	Gestão dos Riscos nos Principais Processos de Trabalho da AUD	Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna	Em andamento
6	Implantar Pesquisa de Satisfação para medir a percepção da efetividade da comunicação interna	Percepção interna da comunicação	Aprimorar o processo de comunicação interna e com as unidades do Tribunal	Concluída
7	Estruturar a função Consultoria na Auditoria Interna, para atender o estabelecido na Res. CNJ 309/2020	Realização das consultorias	Desenvolver a função consultoria na Auditoria Interna	Em andamento
8	Modernizar e atualizar a página da AUD na Intranet	Satisfação com a AUD	Fortalecer a imagem da AUD	Concluída
14	Estruturar e acompanhar as ações para gestão de riscos e controles	Percentual de servidores capacitados em temas relacionados à atividade de auditoria	Dotar os auditores de competências técnicas	Em andamento
11	Desenvolver as matrizes de riscos dos principais processos de trabalho da AUD	Gestão dos Riscos nos Principais Processos de Trabalho da AUD	Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna	Em andamento
2	Realizar Benchmarking com Instituições onde a Auditoria Interna presta serviços de Consultoria	Realização das consultorias	Desenvolver a função consultoria na Auditoria Interna	Concluída
1	Elaborar o mapa de processos e subprocessos da AUD	Gestão dos Riscos nos Principais Processos de Trabalho da AUD	Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna	Concluída
9	Estruturar a AUD para exercer a modalidade de Prestação de Contas, instituída pela IN TCU 84/2020	Realização do Plano Anual de Auditoria	Aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos da AUD G	Em andamento

Desempenho do Plano Diretor 2002-2025

Resultados

1. Promover a qualidade e a efetividade da Auditoria Interna

Para que a auditoria interna auxilie a organização no cumprimento das suas responsabilidades de governança corporativa, essa função deve operar nos mais altos níveis de qualidade, mediante avaliação contínua e implementação de melhoria de sua eficácia.

Nesse contexto, a AUD desenvolveu o Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna - PAQMAI, que tem como objetivo desenvolver uma atividade de auditoria interna com a abrangência e a qualidade de trabalho que inclua a conformidade com o Estatuto de Auditoria Interna, com o Código de Ética do Auditor e com as normas para Prática da Auditoria Interna, bem como a observância da legislação aplicável e da jurisprudência dos Órgãos de Controle Externo.

O acompanhamento dessa iniciativa estratégica deu-se por meio de alguns indicadores, dentre eles o **Índice Geral de Avaliação Contínua**, cujo objetivo é medir a proporção das auditorias realizadas pela AUD que foram submetidas à avaliação do supervisor de auditoria, da equipe de auditoria e das áreas auditadas.

Ressalta-se que o resultado das avaliações é disponibilizado no Relatório de Avaliação da Qualidade – RAQ, gerado semestralmente. O total de pontos obtidos nesses trabalhos serve para compor o **Índice Geral de Avaliação Contínua – IGAC** e o **Índice Geral de Capacidade - IGC**, que integrarão os relatórios anual e bienal, referente à avaliação contínua e à avaliação da capacidade da auditoria interna, respetivamente.

No ano de 2022, a AUD avaliou a qualidade em 6 (seis) trabalhos de auditoria realizados, quais foram:

- 1. Adicional de Qualificação:** Auditoria Integrada sobre a concessão e o pagamento do Adicional de Qualificação decorrente de ações de treinamento - Processo STJ n. 24.191/2021.
- 2. Promoção, Progressão e Avaliação de Desempenho:** Auditoria Integrada para avaliar os procedimentos adotados pela administração relacionados à concessão de promoção e progressão funcional e à avaliação de desempenho - Processo STJ n. 24.398/2021.

3. **Acessibilidade Digital:** Auditoria de Acessibilidade Digital - Processo STJ n. 21.930/2021.
4. **Auditoria Integrada sobre autorização e pagamento do serviço extraordinário.:** Processo STJ n. 006326/2022.
5. **Auditoria de Contas Anuais:** Processo STJ n. 17.177/2021.
6. **Auditoria Integrada sobre a contribuição mensal e custeio do programa de assistência aos servidores do STJ - Pró-Ser:** Processo STJ n. 005820/2022.

No período, o Índice Geral de Avaliação Contínua obtido foi de 96,60. O resultado demonstra que, para as equipes de auditoria, para o supervisor e para as unidades auditadas, os parâmetros de qualidade encontram-se no Nível 05 (Avançado).

2. Contribuir para a governança, a gestão de riscos e os controles internos no Tribunal

O desenvolvimento desse objetivo toca aspectos intangíveis que permeiam a cultura do pensar, do examinar, do reportar e do agir no contexto do trabalho. Com base nisso, incumbe à AUD contribuir e lançar luz aos aspectos de gerenciamento de riscos que estão em todos os contextos de trabalho dentro do STJ, ainda que de maneira tácita.

Dessa forma, a AUD busca estimular um olhar atual acerca da gestão de riscos no Tribunal, baseado em boas práticas incentivadas por instituições de Auditoria e Controle. Nesse intento, compreende-se que as iniciativas relacionadas à gestão de riscos dentro da AUD têm o potencial de refletir na adesão das demais unidades do Tribunal. Portanto, seja ao gerir os riscos nos processos de trabalho da Secretaria, seja no desempenho das atividades de auditoria interna baseadas em risco, a AUD percebe o seu papel no fomento a uma cultura organizacional contemporânea quanto ao tema. Nesse sentido, no ano de 2022 a AUD desenvolveu as seguintes auditorias baseadas em risco:

- Auditoria de Contas Anuais – 2021
- Auditoria do Pró-Ser
- Auditoria de Contratos de TI
- Auditoria de Conformidade da Plataforma Digital do Poder Judiciário – Ação Coordenada CNJ
- Auditoria de Controles Internos no processo de planejamento da Contratação

Além disso, destaca-se a realização do curso “Auditoria Baseada em Riscos - Prática”, que visou treinar a unidade para que passe a realizar todas as suas auditorias com base em riscos.

3. Fortalecer a imagem da AUD

O desenvolvimento das ações desse objetivo estratégico almeja reforçar a imagem da Secretaria perante as unidades auditadas, oferecendo serviços de auditoria de qualidade, com comunicação efetiva dos resultados e do valor que gera para o STJ, de modo a aprimorar a governança institucional.

O acompanhamento dessa iniciativa estratégia deu-se por meio do indicador *Satisfação com a AUD*, o qual visa medir o nível de satisfação das unidades auditadas com os serviços prestados pela AUD. Sua meta foi alcançar, em 2022, 70% de satisfação com os serviços prestados. No resultado geral, alcançou-se 86,53% de satisfação.

GRÁFICO 9 Satisfação com a AUD



Fonte: Elaboração Própria – 2023



Processos Internos

1. Aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos da AUD

A Secretaria de Auditoria Interna planeja suas atividades em conformidade com a Resolução n. 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, observando também as orientações do Instituto de Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil.

ASSIM, O **PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA** É DIVIDIDO EM DOIS PLANOS DE PERSPECTIVAS TEMPORAIS DIFERENTES:



FIGURA 5 Plano Diretor 2022-2025

Estabelece as diretrizes e respectivas metas para um ciclo de 4 (quatro) anos. É nele que se encontra o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, exigido pela Resolução CNJ n. 309/2020.



Fonte: Portal da Transparência da AUD



FIGURA 6 Plano Operacional 2022

Estabelece o conjunto de ações de fiscalização e de gestão da secretaria para o período de 1(um) ano. Ele contempla o Plano Anual de Auditoria – PAA, exigido pela Resolução CNJ n. 309/2020, e o Plano de ações de gestão da atividade de auditoria interna.



Fonte: Portal da Transparência da AUD

O acompanhamento e o monitoramento dos indicadores e das ações definidas no planejamento da AUD são realizados quadrimestralmente, de acordo com a metodologia adotada pelo STJ para as unidades administrativas alinhadas à estratégia do Tribunal.

Ademais, com a finalidade de aprimorar o planejamento das atividades da auditoria interna, em 2022, a AUD realizou as seguintes ações:

- **Execução do projeto IA-CM:** A Secretaria de Auditoria Interna – AUD do STJ adota o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna desenvolvido pela Fundação de Auditoria Interna do IIA – Internal Audit – Capability Model (IA-CM). Essa ferramenta identifica os fundamentos para uma auditoria interna eficaz, descrevendo o caminho para que uma organização do setor público possa

atender suas necessidades de governança e expectativas profissionais. No 2º semestre de 2022, uma segunda autoavaliação foi realizada, visando identificar a sua atual capacidade da função auditoria interna, bem como estabelecer as ações a serem planejadas e implementadas para o atingimento do **NÍVEL 3** de capacidade do Modelo IA-CM. A documentação do projeto encontra-se no Processo STJ n. 39028/2019.

- **Elaboração de relatórios de desempenho da Auditoria Interna:** Foram elaborados o Relatório de Atividades, em que se demonstraram os principais resultados da AUD na condução da atividade de auditoria interna do Tribunal, referente ao exercício de 2022; e três Relatórios de Desempenho Setorial – RDS, relativos aos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2022, nos quais são observados o desempenho dos indicadores da AUD e as respectivas análises críticas.
- **Participação em reuniões gerais e gerenciais.**

TABELA 10 Reuniões realizadas

DATA	REUNIÕES GERAIS (ASSUNTO):
1 15/02/22	Apresentação dos produtos IA-CM: “Matriz de Recursos” e “Programa de valorização do servidor da AUD”
2 04/03/22	Apresentação do produto IA-CM - Padrão de Avaliação de Controles Internos
3 20/04/22	Teletrabalho
4 21/11/22	Reunião Geral da AUD
DATA	REUNIÕES GERENCIAIS (ASSUNTO):
1 03/02/22	Reunião de Análise Tática - RAT
2 09/02/22	Teletrabalho e Assuntos Gerais
3 21/03/22	Assuntos Gerais
4 06/04/22	Teletrabalho / Resolução n. 10/2022 / Processo de Contas
5 27/04/22	Workshop sobre recomendações / Universo de auditoria / Sumário Executivo
6 17/05/22	Reunião Preparatória do Workshop
7 18/05/22	Workshop - apresentação Monitoramento das Recomendações
8 25/05/22	Relatório de Levantamento de Informações 2022 – Atividades de Controle do Sistema de Controle Interno do STJ
9 27/05/22	RAT - Avaliação dos Resultados do 1º Quadrimestre de 2022
10 17/06/22	Reunião para tratar sobre a IN STJ/GP n. 20 de 14/06/2022
11 15/07/22	Proposta de pesquisa para o indicador de Satisfação com a AUD
12 12/09/22	Proposta sobre indicadores
13 04/10/22	RAT - Avaliação do Desempenho do 2º Quadrimestre
14 25/10/22	Seleção dos Objetos (Universo de Auditoria)
15 28/11/22	Substituição de Ação do PACauD 2023
16 05/12/22	Reunião sobre Horas do Recesso
17 07/12/22	Apresentação do Relatório Preliminar referente à Auditoria de Contas de 2022

	DATA	REUNIÕES EXTERNAS A AUD (ASSUNTO):
1	03/03/22	Desenvolvimento descentralizado de soluções de TI - TCU
2	15/03/22	Secretaria de Auditoria do STJ e Secretaria de Administração do TCU - Dijus
3	28/03/22	1ª Reunião Ordinária/1ª Reunião Técnica do DICON em 2022
4	29/03/22	1ª Reunião do Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário – Siaud-Jud
5	18/07/22	2ª Reunião Ordinária e Técnica do DICON de 2022
6	29/07/22	7ª Reunião Ordinária do Comitê - SIAUD-Jud
7	15/08/22	Reunião Técnica - Ação Coordenada de Auditoria sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário
8	25/10/22	DICON - Reunião para eleger o Presidente e os Vice-Presidentes
9	17/11/22	8ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança e Coordenação do Siaud-Jud
10	24/11/22	Atualizações de Manuais e Normativos de Auditoria TSE/STJ

	DATA	REUNIÕES COM UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL (ASSUNTO):
1	24/01/22	Discussão sobre inclusão no portal da transparência das informações sobre a prestação de contas – IN 84/2020 (AUD e AGE)
2	21/02/22	Reunião de Análise Estratégica – RAE (Todas as secretarias do Tribunal)
3	23/02/22	Resultados da Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação 2021 (Todas as secretarias do Tribunal)
4	16/03/22	Conselho de Administração
5	17/03/22	Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Pró-Ser
6	30/03/22	Percentual de teletrabalho (SGP)
7	01/04/22	Acesso as interfaces do Sistema SEI para construção de filtros para AUD, SAD e STI
8	07/04/22	Prestação de contas (AUD, GDG e AJU)
9	18/05/22	Reunião do Pró-Ser
10	09/06/22	Reunião de Análise Estratégica – RAE (Todas as secretarias do Tribunal)
11	04/07/22	Reunião com a equipe do STJ para o biênio 2022-2024
12	14/07/22	Reunião com a Presidência - Auditoria de Contas 2022 – Processo 19151/2022
13	17/08/22	Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Pró-Ser
14	17/08/22	Conselho de Administração
15	01/09/22	Auditoria de Plataforma Digital (CNJ) – Reunião de Abertura (AUD e STI)
16	08/09/22	Reunião de Lançamento do Telesystem - Apresentação das funcionalidades e esclarecimento de dúvidas (Todas as secretarias do Tribunal)
17	12/09/22	Reunião com Secretários e Assessores-Chefes - ASSUNTO: Teletrabalho (Todas as secretarias do Tribunal)
18	20/09/22	Reunião do Conselho de Administração

	DATA	REUNIÕES COM UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL (ASSUNTO):
19	21/09/22	Reunião com a AUD sobre os trabalhos desenvolvidos pela AGS
20	28/09/22	AUD - Levantamento das prioridades de capacitação para o exercício 2023 (SACOP)
21	04/10/22	Reunião de Análise Estratégica – RAE (Todas as secretarias do Tribunal)
22	05/10/22	Contratações de TI (AUD e STI)
23	10/10/22	Repasse orçamentário para o PRÓ-SER (GDG e AUD)
24	20/10/22	Contratação de Micros (AUD e STI)
25	21/10/22	Processo SEI n. 003883/2016 (SGP e AUD)
26	21/10/22	Contratação – CRTV (AUD e STI)
27	24/10/22	Quinta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Pró-Ser
28	17/11/22	Apresentação sobre Riscos na Contratação SEI 003093/2022 levantados pela AUD (STI e AUD)
29	18/11/22	Proposta de Inclusão de Ação de Capacitação (AUD e CEFOR)
30	30/11/22	Apresentação do Processo de Contas (AUD e SAD)
31	30/11/22	Contratação Appliance Backup (STI e AUD)
32	01/12/22	Atualização dos protocolos de enfrentamento da Covid-19 no STJ (Todas as secretarias do Tribunal)
33	05/12/22	Reunião do Conselho Deliberativo do Pró-Ser
34	06/12/22	Fluxo - Benefício Especial (AUD e SGP)
35	07/12/22	Apresentação do Relatório Preliminar referente à Auditoria de Contas de 2022 (AUD e Presidência)
36	07/12/22	Reunião do Comitê de Gestão de Riscos (Várias secretarias do Tribunal)
37	14/12/22	Reunião do conselho deliberativo do Pró Ser
38	14/12/22	Reunião de Análise Estratégica – RAE (Todas as secretarias do Tribunal)
39	19/12/22	Reunião de apresentação Relatório Final de Auditoria (AUD e SCO)

Fonte: Elaboração Própria – 2023

2. Desenvolver a função Consultoria da Auditoria Interna

Mediante solicitação de instâncias específicas, a Secretaria de Auditoria Interna do STJ presta atividades de consultoria ao fornecer informações que contribuem para o aperfeiçoamento de processos e resultados quanto à governança, ao gerenciamento de riscos e aos controles do Tribunal da Cidadania. Essa atividade possui caráter objetivo, de modo a eximir o auditor da assunção de atividades de gestão que impactem ou restrinjam a autonomia de auditorias futuras.

Cumprir informar que, em 2022, foram finalizados os seguintes trabalhos de consultoria: Consultoria em Gestão de Contratos (Processo SEI n. 07695/2022); Consultoria no Processo da Contratação (Processo SEI n. 07969/2022); Consultoria em Gestão de Riscos de TI (Processo SEI n. 016383/2021).

Ressalta-se que o STJ, ao editar o Estatuto da Auditoria Interna do STJ, consignou as principais diretrizes sobre a função Consultoria, sendo necessário, entretanto, um documento que estabeleça todos os requisitos e procedimentos que permitam a realização efetiva dessa atividade. Assim, a AUD começou a elaborar no exercício em comento um Manual de Consultoria, a ser publicado em 2023.

3. Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna

O STJ, por meio da Instrução Normativa STJ/GP n. 4, de 6 de fevereiro de 2020, regulamentou a Política de Gestão de Riscos do Tribunal com o intuito de incorporar a visão das ameaças e oportunidades à tomada de decisão, alinhada às melhores práticas adotadas no setor público.

Nesse contexto, em 2022 realizaram-se as seguintes ações:

- Elaboração do Manual de Auditoria do Poder Judiciário
- Execução de Auditorias utilizando a metodologia baseada em riscos

Os fluxogramas dos processos de trabalho mapeados na AUD podem ser conferidos no caminho a seguir:



✓ **Intranet STJ > Institucional > Secretaria de Auditoria Interna > Macroprocesso Auditoria e Aperfeiçoamento.**

4. Aprimorar o processo de comunicação interna e com as unidades do Tribunal

A auditoria interna busca a comunicação assertiva com as partes interessadas, de forma a promover a eficácia e a efetividade na implementação dos resultados de sua atuação, o nivelamento do conhecimento e o alinhamento de expectativas em relação aos trabalhos de auditoria. No ano de 2022, a AUD deu início ao aprimoramento de comunicação interna e com as unidades do Tribunal.

Na perspectiva da relação da AUD com as unidades auditadas do tribunal, tem-se o indicador **Efetividade da Comunicação em Auditorias**, que mede o percentual de efetividade da comunicação dos resultados dos trabalhos contínuos de auditoria interna. Por seu turno, o indicador intitulado **Percepção Interna da Comunicação** é medido através do percentual de satisfação do servidor da AUD quanto aos quesitos relacionados à efetividade da comunicação interna.

Em pesquisa aplicada em 2022 sobre a satisfação com a comunicação interna da AUD, com 44% do total da unidade participante, obteve-se um Índice Geral de Satisfação de 89,3%. Esta pesquisa também avaliou a satisfação dos entrevistados conforme o fluxo de comunicação envolvido, conforme as definições a seguir:

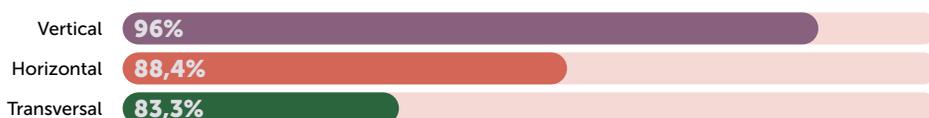
TABELA 11 Definição dos fluxos de comunicação

COMUNICAÇÃO VERTICAL	COMUNICAÇÃO HORIZONTAL	COMUNICAÇÃO TRANSVERSAL
Ocorre entre pessoas de níveis hierárquicos distintos. O questionário abordou a comunicação com chefia imediata.	Acontece entre pessoas de mesmo nível de hierarquia nas unidades, aqui entendidas como as seções e/ou coordenadorias da AUD.	A comunicação transversal é a que percorre todas as direções. As questões trataram da comunicação promovida pelo gabinete da AUD.

Fonte: Elaboração Própria – 2023

Assim, foram obtidos os seguintes resultados por fluxo:

GRÁFICO 10 Resultados por fluxo de comunicação



Fonte: Elaboração Própria – 2023

Nota-se que a unidade superou a meta estabelecida para o ano (70%) em todos os eixos de comunicação avaliados. Em decorrência do resultado e das observações que foram registradas pelos servidores, algumas ações já foram iniciadas:

- a. Realização de reuniões com todos os servidores, separadamente, por coordenadoria – para dar o *feedback* das informações coletadas e ampliar o canal de diálogo;
- b. Institucionalização da Política e do Plano de Comunicação aprovados, por meio do Projeto IA-CM;
- c. Aprovação no PAC-AUD 2023 de 2 ações de capacitação:
 - Comunicação e Gestão de Equipes;
 - Relacionamento interpessoal e comunicação interna.

FIGURA 7 Política de Comunicação da AUD



Como relatado acima, uma importante ação realizada nesse quesito foi a elaboração da **Política de Comunicação da AUD** (contendo em seu anexo o Plano de Comunicação), a qual estabelece e amplia os canais de comunicação da Secretaria de AI com as partes interessadas, objetivando divulgar os resultados de seus trabalhos, a estratégia, bem como a importância da unidade no atingimento dos objetivos estratégicos institucionais.

Fonte: Portal da Transparência da AUD



Para aprimorar o processo de comunicação interna e com as unidades auditadas, a AUD promoveu:

- **Divulgação dos sumários executivos das ações de fiscalização.** Os Sumários Executivos comunicam de forma resumida o resultado das auditorias realizadas pela AUD. Nele estão contidas a motivação do trabalho, quais as constatações da AUD, bem como suas recomendações. Segue a relação dos sumários executivos que foram elaborados e disponibilizados na BDJur, no Portal da Transparência e na intranet da AUD:
 - a. **SE RA 1/2022** – Auditoria de conformidade aplicada à avaliação preventiva dos procedimentos licitatórios – Exercício de 2020
 - b. **SE RA 2/2022** – Auditoria de acessibilidade
 - c. **SE RA 3/2022** – Auditoria integrada sobre a concessão e o pagamento do adicional de qualificação decorrente de ações de treinamento
 - d. **SE RA 4/2022** – Auditoria Integrada sobre o serviço extraordinário
 - e. **SE RA 5/2022** – Auditoria contínua sobre procedimentos relacionados à folha de pagamento – Exercício 2021
 - f. **SE RA 6/2022** – Auditoria Integrada sobre concessão de promoção e progressão funcional e avaliação de desempenho
 - g. **SE RA 7/2022** – Auditoria Integrada sobre a contribuição mensal e o custeio do Programa de Assistência aos servidores do Superior Tribunal de Justiça – Pró-Ser
 - h. **SE RA 8/2022** – Auditoria nos procedimentos adotados na proteção e salvaguarda de ativos vulneráveis, com enfoque na prevenção e combate a incêndio e continuidade de negócios no STJ

Colaboradores da Secretaria

- **Informativo AUD Informa:** Criado para dar maior agilidade na comunicação com os servidores, trata de temas de fácil comunicação, tais como: fóruns de auditoria, treinamentos, confraternizações, sustentabilidade, desempenho da AUD etc. Foram encaminhados 6 informativos AUD Informa, em 2022.
- **Reuniões com os gerentes e reuniões com os servidores da AUD** a fim de promover o nivelamento de conhecimentos e a disseminação de informações, bem como fortalecer as relações de complementariedade entre as subunidades. Realizaram-se 17 (dezessete) reuniões gerenciais e 4 (quatro) reuniões gerais.

AUD com as Unidades do Tribunal

- **Divulgação de matérias sobre as atividades de auditoria interna no informativo interno Conexão STJ.** Entre as notícias veiculadas, destacam-se:
 - » Parceria de ponta a ponta, de 11 de janeiro de 2022.
 - » Um caminho em construção, de 14 de janeiro de 2022.
 - » Via de mão dupla, de 18 de janeiro de 2022.
 - » Prestação de contas, de 4 de abril de 2022.
 - » Orientação de valor, de 6 de maio de 2022.
 - » Parceria de ponta a ponta, de 23 de maio de 2022.
- **Reuniões com unidades administrativas do Tribunal para apresentação ou debate de temas relevantes de interesse mútuo.**

AUD com Entidades Públicas e Privadas

- **Reunião com o TCU (Tribunal de Contas da União)** - Desenvolvimento descentralizado de soluções de TI e Secretaria de Administração do TCU – Dijus.
- **Reunião com DICON** (Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da União).
- **Reunião com SIAUD-Jud** (Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário).
- **Reunião com TSE** (Tribunal Superior Eleitoral).



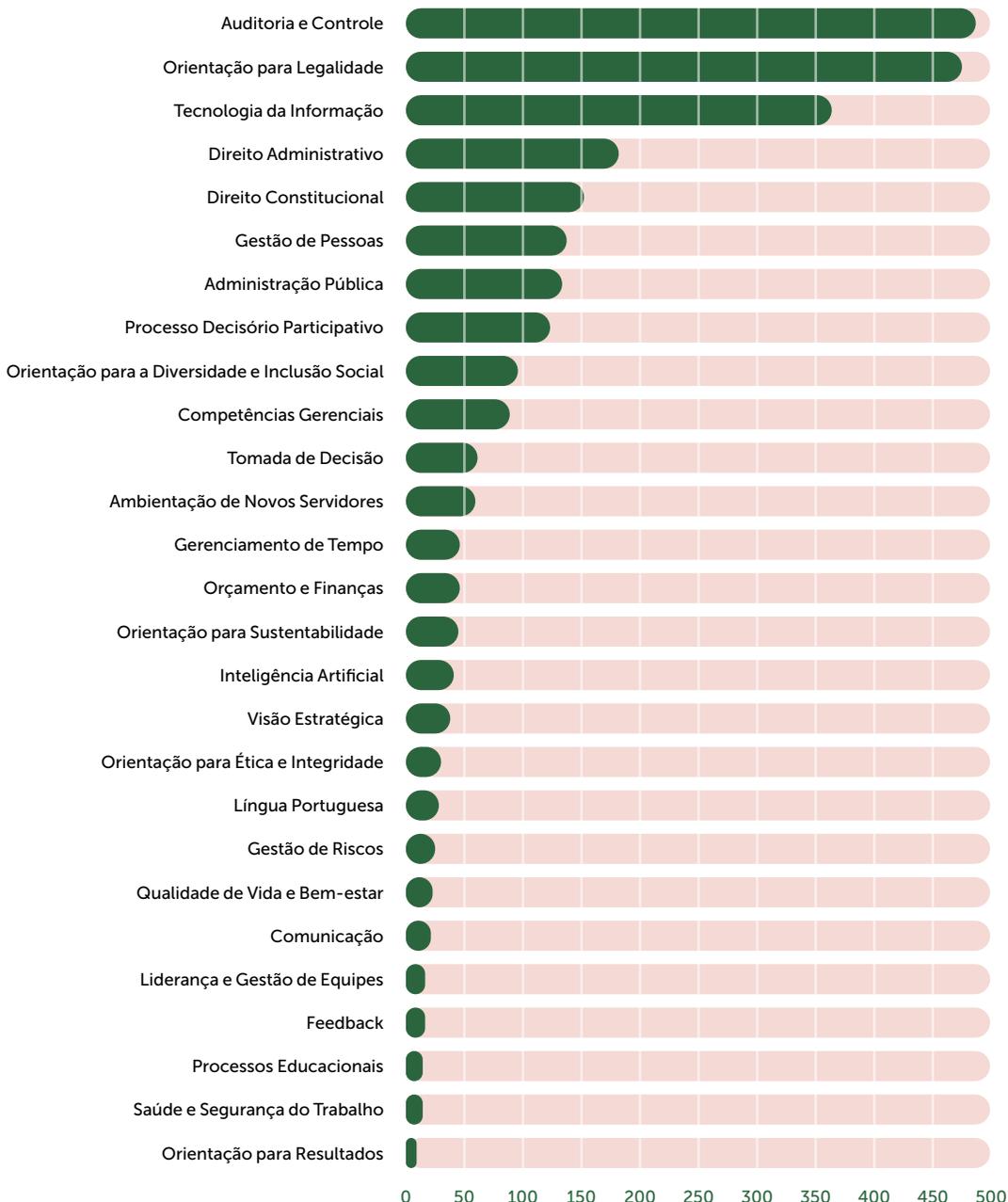
Pessoas e Recursos

1. Desenvolver as competências dos auditores

O desempenho das atribuições direcionadas aos servidores da AUD requer múltiplas competências que envolvem aspectos técnicos, gerenciais e comportamentais. Nesse sentido, com o apoio do Centro de Formação e Gestão Judiciária – CEFOR, a AUD busca investir na capacitação técnica de seus colaboradores por meio da oferta de cursos voltados ao tema ‘auditoria’, ao tempo em que incentiva a participação dos servidores em cursos que agreguem conhecimento complementar à atividade-fim da Unidade.

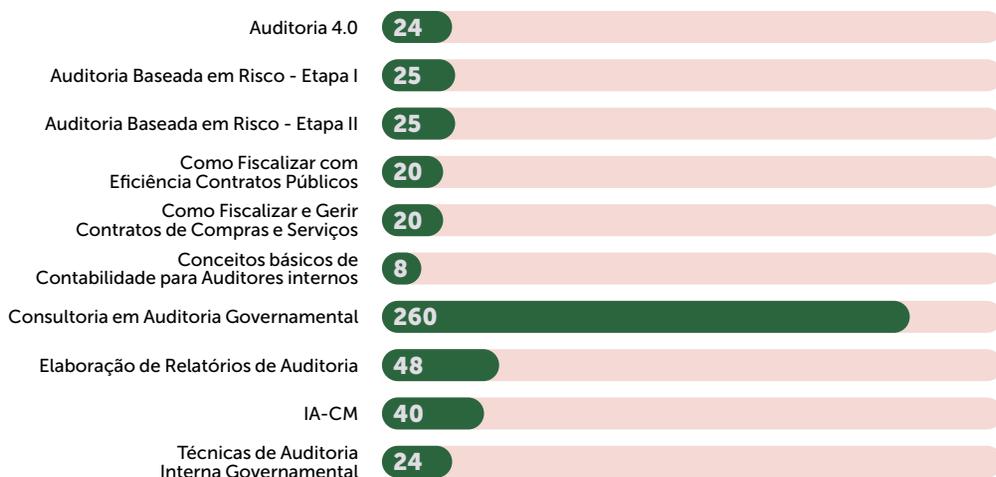
Em 2022, os servidores da AUD realizaram 2.669 horas de capacitação, distribuídas nos segmentos demonstrados no gráfico a seguir:

GRÁFICO 11 Capacitações realizadas por segmento e carga horária



Dedicaram-se 494 horas para o segmento de Auditoria e Controle, o que representou 18,51% do saldo total. Dentro desse tema, foram realizadas 10 ações de capacitação, conforme se observa a seguir:

GRÁFICO 12 Auditoria e controle: horas por curso



Fonte: Elaboração Própria – 2023

Ainda quanto ao segmento de Auditoria e Controle, ressalta-se a participação de 13 servidores no curso 'Consultoria em Auditoria Governamental'.

2. Intensificar o uso de tecnologias para automação de processos de trabalho da AUD

A Secretaria de Auditoria Interna tem empenhado esforços para utilizar a tecnologia da informação em seus processos de trabalho, com o objetivo de melhorar o modo como as atividades são realizadas, aumentar a produtividade da AUD, bem como contribuir para a qualidade de vida de seus servidores. Dentro desse objetivo, realizaram-se as seguintes ações:

- **Auditoria contínua:** utilização de ferramentas tecnológicas, como o Microsoft Power BI e a linguagem de programação Python, na construção de trilhas de auditoria, no âmbito da auditoria contínua.

Em 2022, foram executadas as seguintes trilhas:

- Substituição
 - Remuneração FC (Função Comissionada)
 - Remuneração CJ (Cargo em Comissão)
 - Opção FC
 - Opção CJ
- **Sistema informatizado para gerenciamento da atividade de Auditoria Interna:** ao longo de 2022, ficou decidido que o Sistema Auditar (por decisão do CNJ) seria descontinuado. A auditoria interna solicitou a aquisição de uma solução que foi inserida no Plano de Aquisição de 2023.

O acompanhamento dessa ação foi realizado por meio do Indicador Trilhas de Auditoria Contínua, que mede a número de trilhas de auditoria contínuas implementadas em bases de dados, como ADMINISTRA, SARH, SEI e STJ-ePro.

3. Implementar ações de valorização do servidor da AUD

Valorizar o servidor da AUD tem relação com o reconhecimento do empenho dedicado aos objetivos da Unidade e, por consequência, do STJ. Nesse sentido, compreende-se a valorização da equipe como um elemento motriz nas relações de trabalho construtivas e na busca por soluções e resultados.

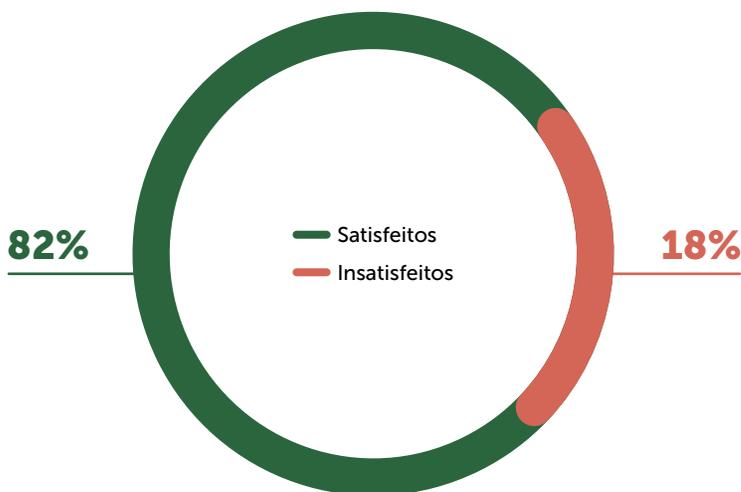
Em 2022 foi implementada a Pesquisa de Satisfação do Servidor da AUD, de modo a medir o nível de satisfação dos servidores em relação ao ambiente de trabalho na Secretaria, para identificar oportunidades de melhoria.

O grau de satisfação foi obtido por meio de pesquisa realizada em formulário a ser preenchido de forma anônima e disponibilizado a todos os servidores da Secretaria. Houve a participação de 16 respondentes, o que representava 44% do quadro de servidores da unidade, no momento da aplicação.

A referida pesquisa procurou medir a opinião dos servidores da Secretaria de Auditoria Interna acerca de práticas de valorização relacionadas ao Programa de Incentivo e Valorização dos Servidores da AUD (PIVAUD), contando com 6 perguntas em que os participantes deviam atribuir notas de 0 a 10, sendo que 0 corresponde a "Completamente Desvalorizado" e 10 a "Completamente Valorizado".

Esta pesquisa está atrelada ao indicador "Satisfação do Servidor da AUD", que possui a meta de 70% de satisfação. A AUD ultrapassou a meta prevista no que concerne à percepção de valorização dos servidores em relação ao trabalho na Secretaria, tendo alcançado 82,29% de satisfação geral.

GRÁFICO 13 Pesquisa de Valorização do Servidor da AUD



Fonte: Elaboração Própria – 2023

Um item chamou a atenção, pois teve sua medição parcial abaixo dos 70% (68,75%), o que aponta a necessidade de implementar ações que melhorem os aspectos relacionados ao feedback e ao reconhecimento. Para isso, os gestores precisam interagir com os servidores e as equipes para comunicar de maneira clara, transparente e objetiva sobre o desempenho esperado e alcançado.

Por outro lado, a questão mais bem pontuada foi a que pedia ao servidor para indicar o quanto se sente valorizado com o ambiente de trabalho da AUD, com 93,75% de satisfação. É possível inferir dessa avaliação que a Unidade está no caminho certo ao implementar ações que fomentem um ambiente de cooperação e bom clima, em que se observa tratamento equitativo, presença dos valores institucionais, empatia, comunicação efetiva, boas relações interpessoais, e sistemas de informática e espaço físico adequados.

Assim, destaca-se que, embora a AUD esteja bem avaliada por seus integrantes sobre sua atuação em prol da valorização do servidor, é salutar que ainda existam pontos possíveis de aprimoramento. ■



"Feliz aquele que
transfere o que sabe e
aprende o que ensina."

(Cora Coralina)

Capacitação dos Servidores

A AUD mantém, segundo as diretrizes do CEFOR (Centro de Formação e Gestão Judiciária), o processo permanente e estruturado de aprendizagem e capacitação que utiliza ações de formação e de aperfeiçoamento com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências individuais e institucionais dos auditores e servidores da Secretaria.

No ano de 2022, as seguintes ações de capacitação, que contemplaram as áreas temáticas das quatro subunidades bem como os assuntos de interesse dos servidores do gabinete da AUD, foram realizadas:

TABELA 12 Capacitação por tipo, temática e curso

TIPO	TEMÁTICA	CURSO	
Técnico	Administração Pública	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	
		Auditoria 4.0	
		Auditoria baseada em risco - Etapa I	
	Auditoria e controle	Auditoria baseada em risco - Etapa II	
		Como Fiscalizar com Eficiência Contratos Públicos	
		Como Fiscalizar e Gerir Contratos de Compras e Serviços	
		Conceitos básicos de Contabilidade para Auditores internos	
		Consultoria em Auditoria Governamental	
		Elaboração de Relatórios de Auditoria	
		IA-CM – online	
		Técnicas de Auditoria Interna Governamental	
		Direito administrativo	Advogados Públicos e a Nova Lei de Licitações
			Improbidade Administrativa

TIPO	TEMÁTICA	CURSO
Técnico	Direito constitucional	Muito além das cotas – 2022
		O Estado Democrático de Direito e Direitos Fundamentais
		Técnica Legislativa
	Gestão de Riscos	Análise de riscos para contratações de TIC
	Inteligência Artificial	Desvendando a Inteligência Artificial
	Língua portuguesa	Tópicos de Sintaxe da Língua Portuguesa – 2022
	Orçamento e finanças	Painéis de monitoramento orçamentário e financeiro (antigo Power Bi SGP)
		Tesouro Direto
	Orientação para Legalidade	Oficina da Fase Preparatória da Contratação - Nova Lei de Licitações e Contratos
		Oficina de Alocação e Gestão de Riscos - Nova Lei de Licitações e Contratos
		Oficina de Assessoria Jurídica - Nova Lei de Licitações e Contratos
		Oficina de Auditoria Interna - Nova Lei de Licitações e Contratos
		Oficina de Contratação Direta
		Oficina de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação
		Oficina de Fiscalização de Contratos - Nova Lei de Licitações e Contratos
		Oficina de Gestão de Contratos - Nova Lei de Licitações e Contratos
		Oficina de Licitação e Procedimentos Auxiliares
		Oficina de Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias - Nova Lei de Licitações e Contratos
		Oficina de Obras e Serviços de Engenharia - Nova Lei de Licitações e Contratos
		Oficina de Pesquisa de Preços
Oficina de Sanções Contratuais - Nova Lei de Licitações e Contratos		
Oficina de Sustentabilidade - Nova Lei de Licitações e Contratos		
Oficina de Terceirização de Mão de Obra		
Seminário “Nova Lei de Licitações e Contratos”		
Orientação para Sustentabilidade	IX Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário	

TIPO	TEMÁTICA	CURSO	
Técnico	Processos Educacionais	Teletrabalho e Educação a Distância	
	Saúde e Segurança do Trabalho	Brigada Voluntária	
	Tecnologia da informação		Análise de Dados em Linguagem R
			CEH - Certified Ethical Hacker v11
			Criar, Entregar e Suportar Serviços Modernos segundo o ITIL® 4
			Excel intermediário
			Governança, Conformidade, Risco, e Melhoria Contínua segundo o ITIL® 4
			Introdução à análise de dados da Microsoft
			Semana STJ + Seguro
			Super Dashboards em Excel
	Trabalhando com uma TI de Alta Velocidade segundo o ITIL® 4		
Gerencial		Eu, competente! Por que você ainda precisa se aprimorar? – 2022	
	Competências Gerenciais	Gestão sob medida: Desenvolvimento de Competências Individuais para Gestores – 2022	
		Passaporte Gerencial – 2022	
	Comunicação	Gestão de Conflitos na perspectiva da Comunicação Não Violenta: uma abordagem prática	
	Feedback	Encontro com notáveis. Palestra: Uma vida em 1 milhão	
	Gerenciamento do Tempo	Gestão do tempo e produtividade	
	Gestão da Pessoas		Encontro de Teletrabalhadores: A Gestão do invisível nas Equipes Remotas
			Reforma Previdenciária
	Liderança e Gestão de Equipes	Liderança Officeless	
	Orientação para Resultados	É de Casa - Tirando as Dúvidas Mais Comuns do Teletrabalho	
	Processo Decisório Participativo	Gestão Participativa	
	Tomada de Decisão		Decisão de Risco: ameaça ou oportunidade? – 2022
			Economia do Desenvolvimento Comportamental em Políticas Públicas
Visão Estratégica	Planejamento por Cenários Prospectivos		

TIPO	TEMÁTICA	CURSO
Comportamental	Ambientação de Novos Servidores	Ambientação de novos servidores
		Ambientação de novos servidores – online
	Orientação para a Diversidade e Inclusão Social	Desmistificando o autismo
		Direito dos(as) Servidores(as) com Deficiência - Abordando as Diferentes Naturezas de Deficiências
		EMPATIA: Prática e valor institucional
		Lugar de Fala e Valorização da Pluralidade: por que esse discurso interessa a todos?
		O Racismo Mora em Mim? – PRESENCIAL
		O Racismo Mora em Mim? – VIRTUAL
		Palestra Empatia e Comunicação
		Palestra Empatia e Preconceito
		Palestra Empatia e Relações Interpessoais
		Representação, Soberania e Cidadania - Escravidão e Raça nas Fundações do Direito Constitucional
		Representação, Soberania e Cidadania - História e Teoria do Direito Constitucional do Brasil Império
		Representação, Soberania e Cidadania - Os paradoxos da democracia
Representação, Soberania e Cidadania - Um Breve Século de Grandes Transformações no Brasil		

Fonte: Elaboração Própria – 2023

Declaração de Manutenção da Independência



garantia de um trabalho imparcial e com resultados confiáveis para todas as unidades auditadas é uma condição essencial para a execução das ações da auditoria interna. Conforme o Estatuto da Auditoria Interna do STJ:

“A atividade de auditoria interna, observada a relação de supervisão com o Conselho de Administração, permanecerá livre de interferência de qualquer decisão monocrática de autoridade, instância ou área da organização, especialmente sobre questões de seleção de objeto para auditoria, escopo, procedimento, frequência, oportunidade ou conteúdo de reporte de auditoria, de forma a manter a atitude mental necessária de independência e objetividade.”

Adicionalmente, o art. 5º, II, da Resolução CNJ n. 308/2020 determina que o relatório anual de atividades conterá:

II. a declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria, avaliando se houve alguma restrição ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação.

Assim, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 308/2020 do Conselho Nacional de Justiça c/c item 9.4, inciso II, do Estatuto da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução STJ/GP nº 7/2021, DECLARAMOS que esta unidade de auditoria interna atuou com independência, livre de qualquer interferência ou influência na seleção dos temas a serem auditados, na determinação do escopo dos trabalhos de auditoria, na execução dos procedimentos, bem como no julgamento profissional e no reporte de seus resultados, o que possibilitou a manutenção de avaliações e posicionamentos independentes e objetivos, conforme preceitua o art. 19 da Resolução 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Adicionalmente, DECLARAMOS que, durante a atividade de auditoria, não houve qualquer restrição ao acesso completo, livre e irrestrito a todo e qualquer documento, registro ou informação, conforme asseguram os art. 18 e seguintes da Resolução CNJ 309/2020. ■



Principais Riscos e Fragilidades de Controle no Tribunal

A Política de Gestão de Riscos do STJ foi regulamentada por meio da IN STJ/GP nº 4/2020 com o objetivo de estabelecer os princípios, os objetivos, a estrutura, o processo, as diretrizes e as responsabilidades inerentes ao gerenciamento de riscos. Além disso, o Escritório de Riscos Corporativos do STJ tem se disponibilizado para disseminar a metodologia de riscos no Tribunal e para orientar as unidades a fazerem a identificação e a gestão das próprias ameaças, destacando-se o trabalho feito para identificação dos riscos relacionados ao Plano Anual de Contratações e Aquisições do STJ (PCAq).

A AUD também colabora com esse processo, tendo em vista que seus trabalhos contribuem para o aperfeiçoamento da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles do Tribunal. Assim, ao tecer recomendações em suas auditorias, por exemplo, possibilita que as inconformidades encontradas não afetem os resultados do Tribunal. Ademais, é possível que a Secretaria realize trabalhos específicos para a identificação de riscos ou deficiências de controles no Tribunal. Ainda, a AUD levanta bianualmente a situação de riscos e controles nas unidades auditadas para a priorização dos objetos a serem auditados no exercício seguinte. A unidade também utiliza a metodologia de auditoria baseada em riscos, na qual o planejamento da auditoria é pautado pelos principais riscos do objeto.

No ano de 2022, não foram realizados pela AUD trabalhos específicos voltados ao diagnóstico institucional dos principais riscos e fragilidades dos controles internos do órgão. No entanto, nas auditorias realizadas pela unidade, considera-se que questões relacionadas aos riscos e fragilidades de controle do Tribunal tenham sido abordadas, mesmo que de forma isolada.

Nesse sentido, em auditoria contínua sobre a folha de pagamento no ano de 2022, reconheceu-se a assecuração dos lançamentos concernentes às rubricas avaliadas, contudo mostra-se oportuna a validação ulterior das subscrições remanescentes da folha de pagamento, a exemplo da rubrica "0035- indenização de férias", cuja automação de trilha mostrou-se inviável em razão de rotinas manuais. Dessa forma, frisa-se a necessidade premente de automatização de procedimentos da folha pagamento com vistas a mitigar os riscos de inconformidades e a potencializar a eficiência do respectivo processo de trabalho.

Com relação aos processos mandatórios de admissão, aposentadoria e pensão, constataram-se falhas em 10,19%, como se evidencia na Tabela 1. Isso demonstra a necessidade frequente de aprimoramentos dos controles internos da unidade, com vistas a mitigar erros dessa natureza.

TABELA 13 Dados sobre os atos de admissão, aposentadoria e pensão referentes a 2022

TIPO DE ATO	QUANTIDADE ANALISADA	DIVERGÊNCIAS APURADAS	PERCENTUAL DE INCONSISTÊNCIAS
Aposentadoria	41	7	17,07%
Nomeação	105	5	4,76%
Pensão	11	4	36,36%
TOTAL	157	16	10,19%

Fonte: Elaboração Própria – 2023



Considerações Finais

A necessidade de direcionar recursos de forma a fortalecer a governança e agregar valor e benefícios ao STJ tornou-se fundamental para o cumprimento das iniciativas da área, que deve estar em estreita harmonia com os objetivos do Tribunal.

Este Relatório teve como objetivo de informar sobre a atuação da unidade de auditoria interna, no exercício de 2022. No presente documento encontram-se registrados, principalmente, o desempenho da Secretaria de Auditoria Interna em relação ao Plano Anual de Auditoria (que é parte integrante do Plano Operacional da unidade).

Os resultados obtidos apontam para a continuidade do desenvolvimento do trabalho e o estímulo ao constante aprimoramento da Unidade de Auditoria Interna e o fortalecimento da sua relação com as unidades e instâncias de governança do Tribunal.

No corpo do documento foram evidenciados os principais resultados dos trabalhos de avaliação e consultoria realizados, que tiveram foco em procedimentos licitatórios, processo de contratação, folha de pagamento, custeio e contribuição do Pró-Ser, proteção e salvaguarda de ativos vulneráveis, atividades de controle do Sistema de Controle Interno do STJ, prestação de contas, acessibilidade digital e gestão de riscos de TI.

São muitos os desafios aos quais a AUD precisa enfrentar para fazer frente às novas tendências do ambiente corporativo. Dentre eles, podemos citar necessidade de aprimoramento da comunicação com as unidades internas e seus colaboradores; bem como o reporte para a alta administração; o crescimento do uso de TI aplicadas nos processos de trabalho da Auditoria; a exigência de novas competências à equipe de Auditoria interna, como análises de dados (*data analytics*), segurança cibernética, inteligência artificial, monitoramento de risco, reporte, cultura e comportamento.

Para os próximos anos, a AUD continuará (por meio da implementação dos produtos desenvolvidos no projeto IA-CM) perseguindo a melhoria dos processos de trabalho de Auditoria Interna e conseqüentemente o aumento do nível de maturidade da unidade. ■



Referências

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Resolução STJ/GP N. 7 de 17 de março de 2021**. Aprova o Estatuto da Auditoria Interna e o Código de Ética do Auditor Interno do Superior Tribunal de Justiça. Brasília: STJ, 2021. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/151828/Res%207_2021_PRE.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução n. 308, de 11 de março de 2020**. Organiza as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e cria a Comissão Permanente de Auditoria. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/Resolucao-CNJ-2-308.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2023. ■



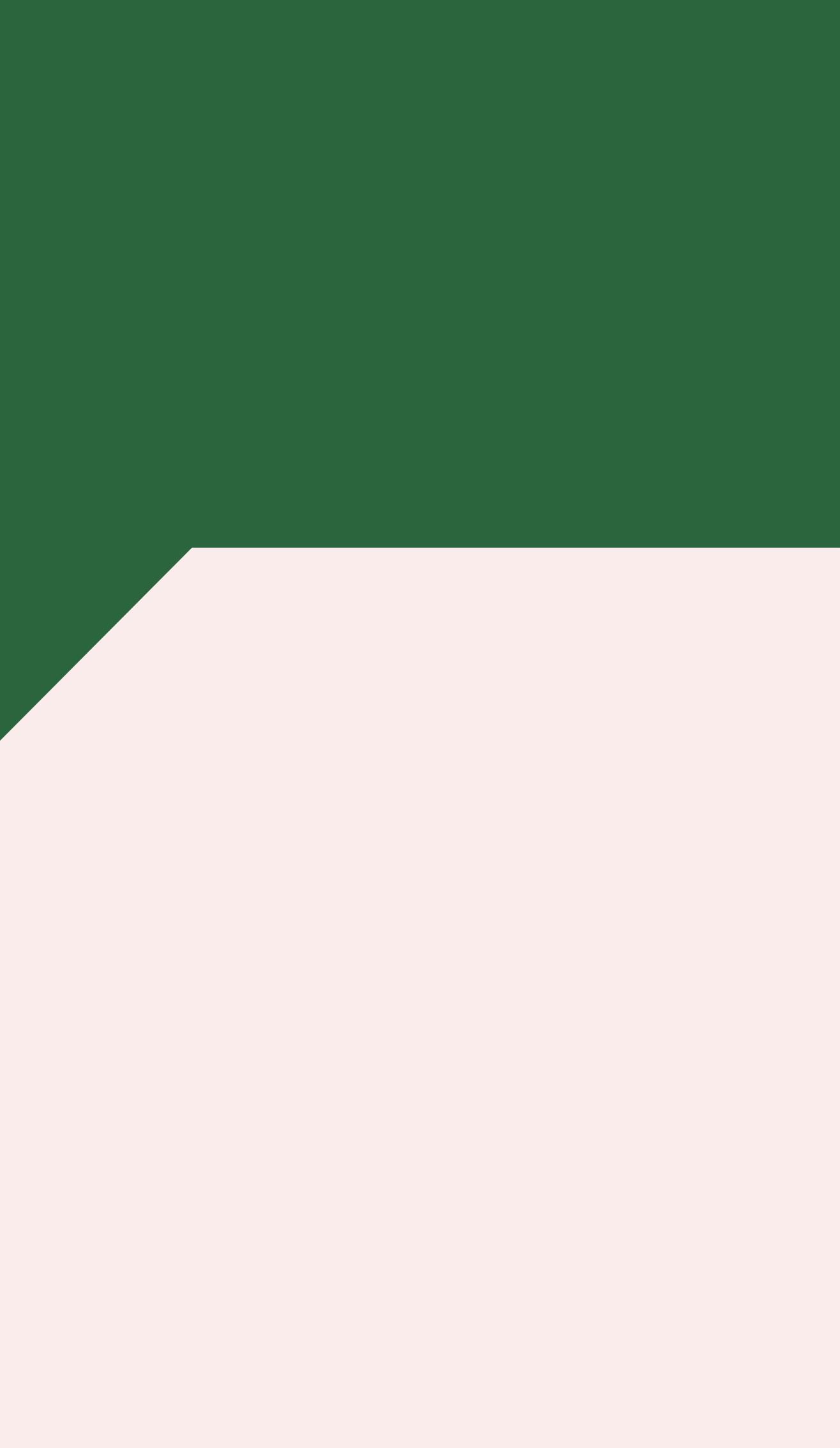
STJ

Secretaria de
Auditoria Interna



STJ

Secretaria de
Auditoria Interna





STJ

Secretaria de
Auditoria Interna